

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC

**A percepção dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD
acerca da formação profissional no Distrito Federal**

Isabela Fernanda Barros Silva

**Brasília- DF
2013**

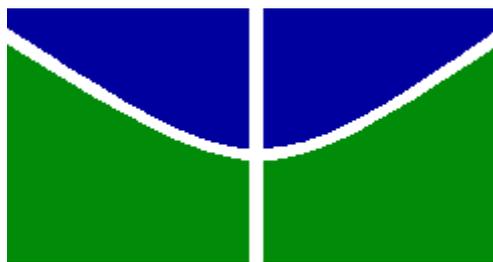


Isabela Fernanda Barros Silva

**A percepção dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD
acerca da formação profissional no Distrito Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adrianyce Angélica Silva de Sousa.

**Brasília- DF
2013**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

Isabela Fernanda Barros Silva

**A percepção dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD acerca da
formação profissional no Distrito Federal**

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª Adrianyce Angélica Silva de Sousa
Orientadora SER/UnB

Prof^ª. Dr^ª Ivanete Boschetti
SER/UnB

Prof. Dr Reginaldo Guiraldelli
SER/UnB

“A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva...”

Chico Buarque de Holanda

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e a todos que me apoiaram nesse momento tão delicado de finalização do Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha família, meu pai Francisco pelo apoio.

À minha mãe, pelo carinho, dedicação, amor, cuidados e muita paciência. Quem sempre me acompanhou e incentivou nessa jornada. Sua existência é sem dúvida motivo primordial para concluir com êxito mais uma etapa tão importante na minha vida.

Ao meu irmão Igor, pela alegria e companheirismo que sempre lhe são peculiar.

À minha avó Nazaré, que mesmo nos momentos mais difíceis foi o alicerce de nossa família.

À Ana Paula Barros, amiga de todas as horas. Companheira e cúmplice. Pelos momentos de risadas, choros, angústias e muitas alegrias que compartilhamos durante essa graduação.

À Ingrid pela paciência, companheirismo e amizade que me resguardou.

Ao Luiz Henrique, pessoa fundamental para a construção desse trabalho. Pelas recusas e compreensão que se fez necessária nesse período.

Aos professores que de alguma forma me fizeram crescer academicamente mediante seu compromisso e qualidade com que ministraram suas aulas.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) e ao Programa de Educação Tutorial (PET), que muito contribuíram para a minha formação e me trouxeram inquietações sobre o Serviço Social.

Aos alunos que aceitaram participar dessa pesquisa e contribuir para o aprofundamento teórico sobre este tema.

Aos professores Ivanete Boschetti e Reginaldo Guiraldelli por aceitaram cordialmente meu convite.

Especialmente à Adrianyce de Sousa, por orientações tão ricas, pela paciência, cumplicidade e apoio que me deu durante todo esse processo. Sua contribuição foi substantiva para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Na sociedade brasileira, a educação de um modo geral e o ensino superior, em particular vem sofrendo um amplo processo de privatização e precarização das formas de ensino. Ainda que o fenômeno da privatização não seja recente, na atualidade ele ganha novos enfoques principalmente pelo desenvolvimento tecnológico que tem permitido o desenvolvimento de novas modalidades de ensino, dentre elas o ensino à distância. Realizado na contraface desta precarização a expansão do EAD torna essa realidade muito mais problemática, sob um discurso ideologizante de democratização do ensino. No caso do Serviço Social, a partir da concepção de formação explicitada nas Diretrizes Curriculares de 1996 o perfil do profissional que se pretende formar, crítico e propositivo, entra na contramão dessa modalidade de ensino. Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo compreender a percepção dos alunos do Serviço Social na modalidade EAD acerca da formação profissional. O universo de pesquisa foi em 03 das 09 universidades que oferecem curso na modalidade EAD no Distrito Federal. Realizamos entrevistas gravadas orientadas por um roteiro com 22 alunos. Os dados coletados revelam um universo de problematizações à formação profissional em Serviço Social oferecida nesta modalidade de ensino.

Palavras- chave: Formação profissional; Serviço Social; Educação à distância; Projeto Ético Político.

ABSTRACT

In Brazilian society, education in general and higher education in particular has undergone an extensive process of privatization and precarious forms of education. Although the phenomenon of privatization is not new, today he earns new approaches mainly by technological developments that have allowed the development of new methods of teaching, among them the EAD. Performed in this precarious counterface expansion of ODL makes this more problematic reality in a speech ideologizante democratization of education. In the case of social work, from designing training curriculum guidelines explicit in 1996 the professional profile that is to be formed, critical and intentional, goes against the grain of this type of education. Thus, this work Completion of course aims to understand the students' perception of Social Work in ODL mode about training. The research base was in 03 of the 09 universities that offer course in ODL mode in the Federal District. We conducted taped interviews guided by a roadmap with 24 students. The collected data reveal a universe of problematizations vocational training in Social Work offered in this type of education.

Key-words: Professional formation; Social Work; Distance education; Ethical Political Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 01: Mercantilização do ensino: De que democracia estamos falando?	13
1.1. Transformações ocorridas nos anos 90	13
1.2. Reforma do ensino superior no brasil.....	27
CAPÍTULO 02: Os desafios atuais para a formação profissional: o Projeto Ético Político entre os limites e possibilidades da educação à distância	36
2.1. Formação profissional e o Projeto Ético Político	36
2.2. Serviço Social e o debate da democracia	44
CAPÍTULO 03: Serviço Social e a modalidade EAD: uma aproximação a partir dos alunos de Serviço Social	55
3.1. Serviço Social e Modalidade EAD	56
3.2. Perfil discente e a percepção sobre EAD a partir dos alunos de Serviço Social desta modalidade no Distrito Federal.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICES	98
Apêndice 1: Termo de consentimento livre e esclarecido	98
Apêndice 2: Carta de apresentação entregue as Instituições	99
Apêndice 3: Questionário para entrevista com alunos de Serviço Social na modalidade EAD	100

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso centra-se na análise acerca da percepção dos alunos do curso de Serviço Social que estudam na modalidade de ensino a distância, acerca dos impactos para a formação profissional no Distrito Federal.

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência vivenciada em Estágio Supervisionado em Serviço Social, o qual possibilitou interação com demais estudantes da modalidade EAD; a partir de seminários e oficinas como o V Seminário Internacional de Política Social- Desafios da Política Social na Contemporaneidade, Oficinas Regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; debates sobre os desafios da democracia no capitalismo e as condições de trabalho da/o assistente social, cursados por mim na Universidade de Brasília (UnB) e também ao discutir esse tema no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS).

A expansão do ensino superior brasileiro não é um dado recente, e traz consigo diversos debates e reflexões acerca dos impactos e rebatimentos da formação em geral e do Serviço Social em particular. Neste processo, uma das modalidades que despontam é o acesso à educação por meio de cursos privados e a educação à distância.

Na década de 90, a oferta do ensino superior à distância teve seu marco legal no Brasil com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB. 1996), que sinaliza para o incentivo ao desenvolvimento de tal modalidade. Foi também o período no qual se efetivou a reforma educacional brasileira e do Estado.

No bojo destes processos de transformações o mercado é o principal regulador da vida social, impactando sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Tem-se assim, a notória participação do setor privado na expansão do ensino superior, onde se deixa iminente as tendências e contradições que são fontes de debates cada vez mais críticos.

A partir de então, observa-se os desafios para a formação de novos assistentes sociais, que ao assumirem no Projeto Ético Político como valor central a liberdade, tem o “compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”. Tendo esta referência, a qualidade do ensino que está sendo

ofertada, entendemos que existe uma problematização entre as Diretrizes Curriculares da profissão e a oferta de ensino em Serviço Social na modalidade EAD. A partir desse contexto, verifica-se uma tendência a uma formação profissional precária, fragmentada e incompatível com o Serviço Social que se dá em nome do acesso e democratização do ensino superior no Brasil.

Diante disso, os alunos, vivenciam um movimento de rupturas com a qualidade de ensino e que se expressa na precarização da educação à distância, sobre novas ideologias. Paradoxalmente, identifica-se que há um crescimento exponencial dessa modalidade de ensino. Nesse sentido, percebemos a atualidade e relevância dessa pesquisa, que teve como objetivo central refletir como os alunos problematizam a formação profissional e o Serviço Social na modalidade de EAD.

A fim de alcançar esse objetivo, buscamos analisar as determinações que a partir dos anos 90 impactam no Sistema de Educação Superior Brasileiro; Problematizar a compreensão acerca da democratização do ensino presente no discurso dessa modalidade; Mapear as instituições de EAD no DF; Compreender como a modalidade EAD impacta na formação profissional do Serviço Social; Apreender a visão dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD no DF acerca da formação profissional em Serviço Social; Perceber como os alunos identificam os limites e possibilidades sobre essa modalidade.

A metodologia utilizada em acordo com os objetivos dessa pesquisa se deu com técnicas qualitativas e quantitativas, de modo a garantir uma aproximação qualificada sobre o objeto de estudo. Foi feita uma análise bibliográfica em livros e artigos credibilizados acerca do tema, a saber, Sistema Educacional Brasileiro, a formação profissional dos assistentes sociais e a precarização do ensino. A coleta de dados foi realizada junto a 22 alunos da modalidade EAD. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas.

No Distrito Federal há um total de 09 instituições com polos credenciados. Inicialmente estabelecemos que 5 instituições seriam nossa amostra, com a entrevista de 3 alunos por polo. A escolha por estes polos se deu de forma aleatória através do cadastro existente no site do Ministério da Educação. O primeiro contato com as instituições foi através de ligações às quais nos deram um primeiro acesso aos coordenadores dos polos e não do curso de Serviço Social em específico, que são

responsáveis pedagógicos por todos os cursos existentes no polo.

Todavia, percebemos a dificuldade de acesso aos mesmos, então estabelecemos como amostra 3 instituições diferentes (ANHANGUERA, UNOPAR e UNISA) e um polo a ser visitado em cada uma, o que contemplou 3 regiões administrativas diferentes: Asa Norte, Sobradinho e Planaltina. Como principais dificuldades, assinalamos: difícil comunicação com coordenadores dos polos, liberação tardia por parte dos mesmos, dificuldade de ida a campo por se tratar de aulas ministradas no período noturno, e conseqüente redução de tempo hábil para realizar a pesquisa.

Tratando-se de considerar as questões éticas que envolvem a pesquisa, foi elaborado e entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que esclareceu aos participantes acerca do tema de pesquisa, atestando seu consentimento para a gravação da mesma e o sigilo que lhes são resguardados.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo intitula-se: *Mercantilização do ensino: de que democracia estamos falando* que analisa as transformações ocorridas pelo capitalismo contemporâneo, as conseqüências dos ajustes neoliberais e os impactos sobre a educação.

No segundo capítulo intitulado: *Os desafios atuais para a formação profissional: o Projeto Ético político entre os limites e possibilidades da educação à distância*, apresentamos elementos sobre a formação profissional e o projeto ético-político, e também acerca do Serviço Social e o debate da democracia, o que traz rebatimentos sobre a “suposta interiorização e massificação do ensino superior” no Brasil.

No terceiro capítulo, intitulado: *Serviço Social e a modalidade EAD: um panorama a partir dos alunos de Serviço Social*, converge sobre a modalidade de ensino à distância e o Serviço Social, assim como, a apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa.

CAPÍTULO 01:

Mercantilização do ensino: de que democracia estamos falando?

1.1. TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NOS ANOS 90

As transformações sofridas pelo capitalismo contemporâneo acentuam sua lógica de expropriar a força de trabalho e são expressas nas dimensões político-econômicas, ideocultural e social.

Particularmente interessa-nos o período de transição do regime de produção-acumulação taylorista/fordista para o regime toyotista, onde observamos uma ampliação das funções do Estado para uma legitimidade social que até então não estava em sua ótica. Observamos que essa legitimidade não era uma tendência própria ao capital na fase do liberalismo clássico, ela só se torna de fato, quando há uma necessidade de impulsionar por dentro da gestão do Estado a acumulação capitalista, que se constitui enquanto um elemento novo e transitório, pois não faz parte da lógica do capital esse tipo de movimentação do Estado.

Atentamo-nos para o fato de que a função do Estado no período liberal é simplesmente manutenção da propriedade privada e defesa das garantias patrimoniais e integridade física dos cidadãos. Ainda que se tenha o atendimento da demanda dos trabalhadores nessa lógica estatal, ela é claramente uma função do Estado capturado pela lógica do capital, onde se cria uma imagem social que é necessária para respaldar o momento de acumulação. Ressaltamos que esse processo configura ganhos para o trabalho, mas não na mesma intensidade em que está para o capital, portanto não atende aos interesses antagônicos. Netto (2004), afirma:

Em resumidas contas, a reestruturação do Estado em curso pode ser sinalizada como a hipertrofia da sua função de garantidor da acumulação capitalista simultaneamente à sua atrofia como legitimador desta; na medida em que o fundamento dessa reestruturação é a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o mercado, o que vem emergindo da reestruturação em curso é um Estado *mínimo* para o trabalho e *máximo* para o capital. (Netto, 2004.p.72).

O padrão fordista- keynesiano¹ de produção até então vigente caracterizava-se pelos elevados níveis de capital fixo que fizeram com que houvesse um aumento

¹ O termo keynesiano originário do economista John Maynard Keynes através de uma concepção de Estado voltado para a economia reflete seus argumentos sobre a crise do capital em 1930. Harvey elucida que “O problema, tal como via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo em que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional- socialistas implicavam”. (Harvey, 2006. p. 124).

crecente de produtividade e consumo em grande escala. Harvey utiliza a seguinte definição para dimensionar o fordismo:

“O que havia de especial em Ford (...), era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. (Harvey, 1998, p. 121),

No entanto, o que possibilitou a expansão de um longo período de crescimento revela uma série de demandas e estratégias que permeiem o capitalismo sob uma configuração do pós-guerra em 1945.

Mas o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes para institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (Harvey, 1998, p. 125),

Há uma continuidade dos efeitos da crise² em um momento de desenvolvimento do capitalismo onde as políticas de austeridade não se tornam suficientes, de fato há uma estagnação no que se refere ao nível de desemprego, baixo crescimento econômico, revelando a queda de lucro do capital. Desta forma, as estratégias de regulação estatal se confrontam com os processos de trabalho que se caracterizam por um modelo flexibilizado.

A hegemonia do fordismo modificou-se a partir da recessão mundial do início dos anos 70. A rigidez desse modelo de produção demonstrou de forma mais nítida o limite das formas de realização da acumulação sob esta forma de organização da produção.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam

² A primeira grande crise ocorreu em 1929 com a quebra da bolsa de Nova Iorque por meio do processo de superprodução de produtos agrícolas e o aumento do número de indústrias que não acompanhou o desenvolvimento do poder de compra da classe trabalhadora. Essa quebra desencadeou uma depressão, que rapidamente atingiu todos os países que de alguma forma mantinham relações econômicas com os EUA.

crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós - guerra (Harvey, 1994, p. 135 a 136).

Com isso, foi vivenciado o surgimento de um capitalismo altamente flexível e informacional, com diversas mudanças no que tange as relações de trabalho, por meio da reestruturação econômica frente às novas demandas do capital. Isso foi possível com o uso de novas tecnologias organizacionais.

Todavia, observamos que, se durante o fordismo foram experienciadas a organização sindical e a maior estabilidade nos campos de trabalho, estas condições foram solapadas ao longo das décadas de 70, 80 e 90. Ainda que os fenômenos de crise sejam tendenciais e acompanhem o próprio desenvolvimento do capitalismo, as determinações histórico-sociais que determinaram a crise dos anos 30, não são as mesmas que determinaram a crise dos anos 70. Em 1930, temos a necessidade de composição da taxa de mais-valia advinda da queda do consumo, em contraponto, temos em 1970 com aspecto mais fenomênico a questão do petróleo que começa a revelar os problemas de especulação.

Como estratégia, o modelo japonês então vigente, o ohnismo/ toyotismo representava um novo método de gerenciamento baseado nas possibilidades de introdução da revolução microeletrônica e robótica e pela automação, alteram as relações de trabalho e também o modelo de produção e reprodução do capitalismo, que se expressa no aumento da taxa de desemprego estrutural, por meio da diminuição da quantidade de trabalhadores nas indústrias nacionais.

O toyotismo abriu espaço para a produção em pequenas escalas, e subdividiu ainda mais as tarefas e o saber do trabalhador na indústria, que são estratégias de controle nas empresas, por meio da descentralização produtiva e

introdução de novas tecnologias. A nova fonte de valorização e acumulação de capital estava na redução do tempo de realização das mercadorias.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizava-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjunto industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. (Harvey, 1994, p. 135 a 140).

A acumulação flexível caracteriza-se pela inserção de novas tecnologias que se manifestavam em estratégias de troca do trabalho vivo, da produção humana, pelo trabalho morto, através da automação, para produzir em valores monetários cada vez menores. O caráter contraditório do capitalismo revela a necessidade constante da produção de mais-valia³.

Dessa forma, a década de 90 é marcada por um aumento crescente do trabalho informal e das más condições de exercê-lo. É válido ressaltar que esse processo converte-se na impossibilidade de acesso à riqueza material produzida e nas más condições de vida da classe trabalhadora.

O modelo de reestruturação produtiva implica em precarizar as relações de trabalho e se expressa também nas condições de trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, informal, dentre outros, que estão paralelamente condicionados à economia para a expansão do capital mundial. Esse processo é dinamizado pela exploração do trabalho na produção e o controle do trabalho, permitindo a obtenção de lucros e a acumulação do capital.

A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo fazia. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias

³ Aqui destacamos o conceito de mais-valia que foi tratado por Marx e que Mandel apresenta uma boa síntese: “Forma monetária assumida pelo sobre produto social numa sociedade de produção mercantil. Numa sociedade capitalista, a mais-valia é produzida pelos trabalhadores assalariados e apropriada pelos capitalistas: em outras palavras, é a diferença entre o novo valor criado pelo processo de produção e o custo de reprodução da força de trabalho (ou valor da força de trabalho). Em última análise, representa trabalho não pago apropriado pela classe capitalista.” (1982, p. 413)

autônomas e independentes é muito maior do que antes, apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas, regiões e setores lucrativos. (Harvey, 1994, p. 155).

Assinalada por uma época de superprodução e um momento de estagnação da economia sobre uma profunda recessão, que se combinou como as baixas taxas de crescimento e inflação, o Estado reconfigura-se e demonstra a sua incapacidade de controle por meio do intervencionismo.

Entender tal lógica do capital significa também, entender os momentos de crise que se expressam na contradição fundamental existente entre a produção ampliada e a apropriação privada dos bens. Netto e Braz, bem definem que:

A história, real, e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando de produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as faces de prosperidade econômica foram quatorze vezes acompanhadas por crises [...] Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente cortados por depressões caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, miséria e desemprego. (Netto e Braz. 2006.p. 156).

As crises devem ser entendidas enquanto incompatibilidade entre produção e consumo, desequilíbrio entre a forma de redistribuição de renda, queda da taxa de lucros, acumulação, assim como, obstáculos que inviabilizam intervir na realidade econômica e social necessária a sua reprodução. Em linhas gerais, elas são vitais a este sistema. A economia capitalista, apoiada na sua intrínseca anarquia em termos da produção, da circulação e da produção/circulação, concorre para crises recorrentes (Marx, 1984, v. I, p. 26).

Em uma perspectiva de totalidade, os fatores políticos, econômicos ideológicos e sociais também estão intrinsecamente ligados a este processo dinâmico de expansão das relações capitalistas de produção.

Segundo Behring (2010), a partir da tradição marxista, conclui-se que *a crise não é uma disfunção ou um problema de regulação, mas é parte constitutiva do movimento contraditório do capital*. (Behring, 2010.p. 27). Tal movimento contraditório se refere à necessidade de reprodução do capitalismo que se dá por meio do consumo da mercadoria que é produzida por meio da exploração do trabalho.

Ressaltamos que é o próprio trabalhador, que por meio do trabalho excedente confere mais valor a mercadoria, que irá com o próprio salário recebido como pagamento deste trabalho, consumir o que foi produzido. Ou seja, o trabalhador que é explorado pelo sistema capitalista é vital a ele tanto como produtor quanto como consumidor de sua produção. Cabe ainda lembrar que para poder consumir, é necessário que este indivíduo possua alguma fonte de renda obtida através do trabalho. Harvey (1994) bem situa, três características que são vitais a esse sistema:

“1) O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. [...] Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência como falta de crescimento
2) O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o trabalho obtém aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para perpetuação do capitalismo [...].
3) O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho [...]” (Harvey, 1994, p. 166 a 169)

Faz-se necessário, após entendermos a crise como inerente ao sistema capitalista, percebermos que o contexto histórico é fundamental e determinante às respostas que são dadas para o seu enfrentamento.

É importante destacar que os processos de luta dos trabalhadores foram preponderantes para a conquista de ampliação dos direitos sociais no capitalismo. Quanto a isso, Boschetti (2010) destaca que:

Foi no limite entre a conquista de direitos e a (re)estruturação do capital que os direitos sociais foram reconhecidos legalmente e as políticas sociais se expandiram. Isso significa reconhecer que os direitos sociais são capitalistas e sua ampliação não assegura a emancipação humana, mas podem contribuir para criar as condições materiais para melhoria das condições de vida. (Boschetti, 2010.p.68)

No contexto brasileiro, apesar de observamos alguns avanços na luta da classe trabalhadora sobre benefícios significativos que os amparam durante e após o

período militar, estes não se configuravam enquanto políticas sociais. É somente em 1988 que podemos considerar de fato, a consolidação das políticas sociais, que, sobretudo, se apresentam de forma tardia, pois é no momento que se tem uma possibilidade efetiva da organização da classe trabalhadora para imprimir essa dinâmica e também quando é possível por meio da acumulação o Estado ser pressionado para a garantia de direitos.

Segundo Netto, a Constituição de 1988 consagrou este profundo avanço social, resultado das lutas conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos: sem ferir a ordem burguesa “[...], ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam ‘dívida social’.” (Netto, 1999.p.77) e completa:

Com efeito, a Constituição de 1998 configurou um pacto social preciso: nos seus marcos, as forças sociopolíticas comprometeram-se com uma convivência social parametrada pela prioridade de, matendo as regras do jogo democrático, diminuir as fortíssimas assimetrias socioeconômicas geradas pelo padrão de desenvolvimento implementado pelo regime ditatorial. Nesse sentido, o essencial da Constituição de 1988 apontava para a construção- pela primeira vez assim posta na história brasileira- de uma espécie de Estado de bem-estar social [...]. (Netto, 1999.p.77).

Todavia, esse processo ocorre em um momento oportuno em que se questionava a intervenção do Estado. Com isso, o Governo Collor no início da década de 90 sustentava um amplo consenso liberal “[...] favorável à implementação do programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiado e promovido pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais [...]” (Montaño, 2003:37). Entretanto, tal estratégia mostrou-se hábil na formação de monopólios privados. Pensando a realidade contemporânea do país, Behring (2010) afirma que:

A crise em curso apresenta saídas capitalistas regressivas e bárbaras, socializando seus custos, a exemplo da forte ofensiva contra os salários e os direitos sociais, talvez ainda maior que a dos anos de emersão do neoliberalismo, especialmente nos países onde esses direitos tiveram mais consistência e força em função da configuração da luta de classes. (Behring, 2010.p. 33).

Entende-se com isso que a flexibilização e a conseqüente precarização do trabalho, como afirma Santos (2012) *é erigida no Brasil, como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro*

(Santos, 2004.p 04), ou seja, o Brasil nunca experienciou um Estado de bem-estar pleno, de forma que sua particularidade em relação a outros países se dá neste sentido, uma vez que aqui, nunca vivenciamos a efetivação da ampliação de direitos.

Dessa forma, a década de 90 no Brasil é marcada por um aumento crescente do trabalho informal e nas más condições de exercê-lo. É válido ressaltar que esse processo converte-se na impossibilidade de acesso à riqueza material produzida e nas más condições de vida da classe trabalhadora e “tem como consequência o solapamento de um projeto de classe, de corte anticapitalista, mediante a formação de uma vontade política universal que independe da inserção dos sujeitos sociais na estrutura social.” (Mota, 2008, p. 101).

A necessidade de uma nova adequação estatal aos moldes neoliberais⁴ fez com que houvesse uma nova refuncionalização do estado, agora reduzido para o social e maximizado para os interesses do mercado. (Netto, 1992).

Observamos seu papel subsidiário e abertura de novas possibilidades de controle através da terceirização dos serviços e precarização e exploração da força de trabalho. Como citado anteriormente, há uma erosão dos direitos trabalhistas e sociais, que afetam de forma incisiva todas as outras dimensões da vida humana.

Nesse momento de crise e recessão da economia, observa-se também, o aumento crescente da influencia de outros países por meio da flexibilidade, atratividade e competitividade, no intuito de facilitar a movimentação financeira, em favor de uma política que enaltece os méritos individuais e descontrói as possibilidades de organização política e os processos de luta.

Presenciamos no caso brasileiro cortes, privatização, desestruturação, centralização de gastos em programas seletivos de amenização da pauperização iminente do neoliberalismo, assim como, o uso da falácia da autonomia para transferir parte das responsabilidades do Estado para a sociedade. Nesse sentido, Dahmer (2008:38) bem resume que:

No contexto de aprofundamento do projeto neoliberal, as políticas sociais como saúde, previdência e educação – antes implementadas

⁴ As políticas neoliberais defendem a desresponsabilização estatal pelos direitos sociais. Dessa forma, há uma redução com os gastos públicos, aumento da privatização e conseqüente acirramento da competitividade pelo mercado.

por meio da ação estatal e com cunho universal – foram relegadas a último plano, com ações focalistas dos Estados e, ao mesmo tempo, com ampla abertura para a exploração mercadológica de tais necessidades sociais. Saúde, previdência e educação passaram a ser concebidas como “serviços”, cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil, tendo como finalidade a obtenção do lucro. Assim, a figura cidadão reposiciona-se para as de “cidadão-consumidor” (caso tenha renda para consumir planos de saúde, de previdência e mensalidades escolares) e de “cidadão pobre” (Mota, 1995), alvo das políticas focalistas estatais e/ou “beneficiário” de projetos sociais realizados pelo “Terceiro Setor”, majoritariamente com recursos públicos. (Dahmer, 2008.p.38)

Vale, todavia, lembrar que o acesso a direitos sociais, tal como a educação e a saúde, se tornaram um campo lucrativo e de expansão de renda para grande parte da burguesia por meio da prestação de serviços por empresas privadas. Em um amplo processo de contrarreformas⁵. Dahmer (2008) ressalta que:

Em 1995, um plano estratégico para uma reforma emergencial do aparelho do Estado foi enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República, cujo objetivo era a transformação da *administração pública brasileira burocrática* em *administração pública gerencial*. O referido plano define a educação – e demais áreas sociais- como uma atividade não exclusiva do Estado e considera que a produção e a execução dos serviços sociais devam ficar sob a responsabilidade das instituições privadas ou públicas não estatais. (Dahmer, 2008.p. 41)

Trata-se do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério e Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare) dirigido por Bresser Pereira e refere-se a um projeto “social-liberal” onde,

Ao estado cabe um papel coordenador suplementar. Se a crise localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). A perspectiva da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa. O lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão contratados e

⁵ Termo utilizado para caracterizar o processo de desestruturação do Estado e a perda de direitos. Para Behring (2003, p.213), “na perda da soberania-com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos seus mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática”.

executados por organizações públicas não-estatais competitivas. (Behring, 2008. p.173).

Bresser sinaliza elementos fundamentais para a superação da crise fiscal como meio necessário para enfrentar a suposta “crise” do Estado. Dito dessa forma, propõe-se a existência de um estado flexível as relações de mercado, balizados por ciclos econômicos e também como estratégia de superação as orientações populistas anteriormente existentes.

O plano prevê a reconstrução da administração pública baseada na regulação e eficiência com busca de resultados e metas. A estabilidade do funcionalismo público é colocada sobre critérios de individualismo e mérito; a eficácia da ação estatal é posta em dúvida, uma vez que já não conseguiria atender as demandas e sobrecarga a ele dirigido.

A proposta direcionava a reforma do Estado como uma estratégia adotada para que o Estado se desviasse de suas funções básicas, ampliando sua intervenção no setor privado. Aprovado em setembro de 1995, defende a bandeira de que deve ser superada a administração pública burocrática, por considerar que há um esgotamento da estratégia estatizante, em prol de um modelo gerencial que tem como características a descentralização, a eficiência, o controle de resultados, a redução de custos e a produtividade. Ao adotar o modelo gerencial, o Estado deixa de ser o responsável direto das políticas sociais para se tornar promotor e regulador, transferindo tais responsabilidades para o âmbito privado. No Plano Diretor é proposta a criação de uma esfera pública não-estatal⁶, que exerça funções públicas.

Temos assim, o início de um amplo o processo de privatização e desresponsabilização do Estado sob a orientação neoliberal, com um reducionismo quanto às questões democráticas do país, a despolitização da sociedade civil e corte aos gastos sociais.

Generaliza-se o debate em torno do uso do conceito de *democratização e sociabilidade colaborativa* em detrimento do acesso a direitos sociais, tal como a

⁶ Montaño (2003) sustenta que: “[...] o debate do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória. Portanto, a abordagem crítica do conceito ideológico de “terceiro setor”, e do fenômeno real que ele esconde, constitui uma ferramenta importante para o enfrentamento do processo neoliberal de alteração da modalidade de trato à “questão social”, assim como na mais clara identificação dos *lóci*, sujeitos e processos de lutas sociais.”(Montaño,2003:19)

educação, saúde entre outros. Vale, também, lembrar que o capital vê no Estado e nestas instituições, que não necessariamente estão ligadas ao governo, a possibilidade de amenizar os efeitos perversos da crise, através de políticas sociais, que visam, entretanto, apenas minimizar as desigualdades sociais.

Para aumentar e intensificar a produção, no bojo de alcançar o ganho de superlucros, incorrem a possibilidade de perder seu campo de trabalho. Surge nesse momento no próprio seio da classe trabalhadora a competição entre os empregados e desempregados “(...) ainda existe a competição entre os trabalhadores dos países centrais e os países periféricos, pois, no interior do sistema capitalista, a manutenção do padrão de vida elevado dos primeiros depende da continuidade da intensa exploração dos segundos.” (Tonet. 2009.p.114), o que leva a um enfraquecimento do reconhecimento fundamental para a compreensão da realidade social, como classes.

A falência dos valores tradicionais, que, de alguma forma, faziam uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica de reprodução do capital, que se espraia por toda vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado, são, no mais das vezes, um discurso vazio, ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. (Tonet. 2009. p 120).

O setor privado adaptou-se às políticas recessivas através da queda salarial, redução de emprego no mercado formal e aumento da informalidade, evasão de impostos e diminuição da base tributária. E com todos esses problemas (dívida e redução da arrecadação tributária) o setor público realiza reformas estruturais como a privatização.

Com essa redefinição do espaço público e as privatizações com o objetivo de controlar a inflação e o déficit público, tomaram frente e as empresas estatais passaram então a ser vendidas.

O governo Fernando Henrique Cardoso assume o papel de regulador da economia, da qualidade dos serviços oferecidos e dos preços de modo a viabilizar o projeto político do grande capital.

Demarca o giro operado pela grande burguesia e seus associados a partir da promulgação da Carta de 1988 e do novo contexto internacional posto pela reestruturação do capitalismo: tratava - se de implementar uma orientação política macroscópica que, sem ferir grosseiramente os aspectos formais da democracia representativa, assegurasse ao Executivo federal a margem de ação necessária para promover uma integração mais vigorosa ao sistema econômico mundializado – *integração conforme às exigências do grande capital e, portanto, sumamente subalterna*. (Netto, 1999, p. 79, grifo do autor)

Há, todavia, um momento oportuno de estratégias que de fato correspondem a uma política de cunho neoliberal. Em seu primeiro mandato, FHC:

(...) operou eficientemente contra a alternativa social proposta na Constituição em dois planos: no plano jurídico, dando forma a uma reforma/revisão constitucional que acabou por retirar da Carta elementos fundamentais (neste sentido, a reforma da previdência é emblemática); e, substancialmente, no plano prático-concreto, dando curso a um modelo de desenvolvimento que subtraiu as bases de sustentação econômico-financeiras para uma eventual implementação daquela alternativa. (Netto, 1999.p. 79).

As consequências do ajuste neoliberal para a política social, por sua vez, são enormes, não só porque o aumento do desemprego leva ao empobrecimento e ao aumento generalizado da demanda por serviços sociais, mas porque os gastos sociais públicos, flexibiliza-se direitos (Telles,1998 *apud* Behring 2008) e se propõe, implícita ou explicitamente, a privatização dos serviços, promovendo uma verdadeira antinomia entre política econômica e política social. (Behring, 2008).

Daí que sua marca evidente seja a segmentação dos usuários determinando igualmente a qualidade das prestações: para os que mais contribuem prestações qualificadas; para os que menos contribuem, prestações desqualificadas – ou, como já se observou, “para pobre, uma política social pobre”. (Netto , 1999, p. 87).

Sendo a privatização o elemento articulador dessas estratégias, que atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, há o intuito de ampliar a acumulação e a mercantilizar o bem-estar social.

Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço de interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração neoliberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais [...]. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e

nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro [...]. (Iamamoto, 2001.p.20).

No projeto do governo FHC não constavam medidas que exigissem alguns compromissos por parte dos compradores, como investimentos que dinamizassem a economia nacional ou limites à importação e remessas dos lucros para o exterior. Para Behring (2008), devemos superar o Estado privatizado, retornando à coisa pública e imprimindo maior eficiência das ações.

Com o aumento progressivo do setor privado e a mínima intervenção estatal sobre os direitos sociais, levam-nos a questionar a respeito do processo existente sob a nova configuração da intervenção estatal em detrimento da mercantilização da saúde e da educação em nosso país. Concordamos com Frigotto (1995) quando ele ressalva que “Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los na técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital”. (Frigotto, 1995.p.26)

A contrarreforma sobre a educação no interior das tensões do desenvolvimento e crise do capitalismo, nos revela um caráter subordinado sobre as modalidades preponderantes a este sistema de fragmentação e segmentação da educação enquanto um campo social de disputa hegemônica.

Esta subordinação nem sempre é de fácil dissimulação ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista. Assim, por diferentes maneiras, o caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre sociedade e os processos educativos, ou destes com o processo produtivo. Isso nos indica, de um lado, que o capital é prisioneiro de sua contradição, de seus limites de concepção (fragmentária) da realidade, portanto não é onisciente e, de outro, que é confrontado por interesses da classe trabalhadora que lhe são antagônicos. (Frigotto, 1995. p. 33).

Dito desta forma, observamos a interrelação existente sob o processo de reconfiguração estatal e a o ensino superior, tal como as tendências que se apresentam na imediaticidade como soluções para um problema estrutural do sistema.

A educação assume diferentes conteúdos na forma societária capitalista e embora seja potencialmente um meio de autoconsciência da classe trabalhadora, como necessidade histórica de uma luta consciente que necessita de condições objetivas e

subjetivas de organização, direção e etc, para alcançar seu intento, estão à mercê de um conjunto de reformas e impossibilidades desse sistema. Portanto, verificamos que

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua produção. (frigotto,1995.p.30).

1.2. REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A partir da década de 1990 – a tendência posta em movimento na ditadura militar no que se refere à política educacional ganha novas proporções e, favorecido pelo desenvolvimento tecnológico outras estratégias de legitimação são construídas a partir da modalidade de ensino a distância⁷. Este processo irá impactar fortemente sobre todas as especializações e no que é nosso objeto de estudo também ao curso de Serviço Social, que potencialmente é um dos cursos que mais crescem em número de matrículas.

Contudo, nos cabe identificar alguns elementos históricos que configuram a aceleração do processo de privatização com a inserção das Instituições de Ensino Superior na lógica mercantilista do capital. Em meio às contradições do capitalismo, percebemos tal como desenvolvemos no item anterior, o Estado reduz a sua atuação na medida em que pensamos a educação como direito, e abre-se para o setor privado, eximindo sua responsabilização, porém, corrobora para o seu financiamento que se conecta ao crescimento econômico do país.

Sobretudo no início da década de 90, a incorporação da tecnologia na relação educação-trabalho nos mostra alteração significativa na produção e também impacta sobre as condições de trabalho e a formação humana. Em acordo com as diretrizes dos organismos internacionais, e aqui destacamos o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, é possível perceber uma intensa redução de gastos públicos, para garantir que

⁷ Utilizaremos o termo educação à distância que está apresentado no Decreto nº 5.662 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art.80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996- LDB: “[...] modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (2005.p.1).

o Plano Real⁸ se mantivesse estabilizado, e dessa forma, garantisse a eficiência do Estado.

Por meio de uma delimitação do tamanho do aparelho estatal proposto pelos ideais de Bresser Pereira no Plano Diretor, “*privatização, publicização e terceirização*”, foi possível atribuir ao Estado apenas algumas funções ‘essenciais’ e paradoxalmente, tornando cada vez mais amplo a privatização da saúde, educação, assistência e previdência. “Desde o governo Cardoso, a contrarreforma da educação superior teve por uma política de diversificação, tanto de suas fontes de financiamento como de instituições e cursos, apresentada sob a aparência de expansão do acesso a esse nível de ensino. Omitia-se, no entanto, a privatização interna das universidades públicas e o empresariamento da educação superior que se configurava pela ampliação do número de cursos privados e pela imposição uma lógica empresarial à formação profissional. A diversificação das IES e dos cursos ocorreu por meio de estratégias diferenciadas e, entre essas, o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) via educação superior à distância, tem especial importância, pela aparência de modernização e de adequação da educação escolar à “nova ordem mundial”. (Lima, 2007.p.26).

Iamamoto (2001) observa que a Constituição de 1988 traz argumentos que muito contribui para lógica liberal do nosso país e que “subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subver o preceito constitucional.” (Iamamoto, 2001. p. 24).

Especialmente no que tange alguns elementos dispostos nesta Constituição, observamos que em seu artigo 207, as universidades são definidas enquanto instituições que “gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nesse momento, a Constituição abre espaço para que as instituições privadas tenham uma maior autonomia frente a criação e extinção de cursos oferecidos, enquanto, paradoxalmente, infringe o texto constitucional através de uma regulação

⁸ O Plano Real deveria se configurar por um conjunto de estratégias de estabilização da economia. Isso seria possível através da renegociação de dívidas, facilitado a abertura para novos empréstimos, e conseqüentemente a supervalorização do câmbio e abertura comercial. Porém, acabou por gerar uma crise fiscal, a redução dos gastos públicos e aumento crescente de privatizações. Segundo Netto: “(...) fez crescer a dívida pública interna, escancarou o mercado interno a uma concorrência lesiva à indústria nacional (arruinando o pequeno e médio empresário), leiloou a preço de banana o patrimônio estatal e promoveu o sucateamento dos serviços públicos voltados para o atendimento da massa da população” (Netto, 1999.p.80).

estatal sobre propostas do Estado e do Ministério da Educação para um sistema de avaliação e outras medidas autoritárias e hierárquicas sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), que pouco configuram uma avaliação com critérios que de fato revelem a qualidade do ensino oferecido. Dourado (2002) aponta que:

É oportuno destacar, nesse contexto, a grande centralidade do sistema de avaliação no processo de reforma da educação no país, especialmente no tocante à educação superior. Esses processos avaliativos resultam das alterações nos processos de gestão e de regulação desse nível de ensino, permitindo ao Estado desencadear mudanças na lógica do sistema e, conseqüentemente, provocam impactos na cultura institucional das instituições de ensino superior, especialmente das universidades. Avaliações parciais como as efetivadas pelo Exame Nacional de Cursos (Provão) têm legitimado um *rankiamento* das instituições de ensino superior. (Dourado, 2002.p.244).

É importante entender que essa lógica expansionista, torna-se responsável pela precarização do ensino, o que traz diversos desafios para consolidação de ações que sejam viáveis para o acesso efetivo ao ensino público, gratuito e de qualidade.

Tais fatos, apontam para sucessivas reformas no campo da educação. Especialmente, nos cabe identificar as demandas que favoreciam a crescente privatização por dentro das universidades públicas, ao mesmo tempo em que, havia um crescimento impulsionado para o mercado através das instituições privadas de ensino superior, por meio da falta de investimento público e transferência de responsabilidades para o setor privado. Observamos que esse processo de contrarreformas da educação são características desde o período ditatorial, o que trouxe diversos impactos sobre a política educacional:

A política educacional da ditadura para o ensino superior não se submeteu à orientação dos interesses do grande capital apenas contendo o acesso à graduação e reduzindo a alocação de recursos públicos, liberados para o investimento em áreas mais prioritárias para os monopólios: transformou, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis- a educação superior, sob a autocracia burguesa, transformou-se num “grande negócio”. A assim chamada livre iniciativa encontrou aí um dos seus vários paraísos, estabelecendo as suas universidades- o que não impediu, por vários canais, que nelas fossem injetados vultuosos recursos públicos-, preferencialmente frequentadas (e pagas) por alunos oriundos e/ou situados dos/nos níveis socioeconômicos inferiores (para efeito das universidades privadas e seus cursos “fáceis”)” (Netto, 2005. p.62)

A abertura para essas medidas neoliberais, foram meios que possibilitaram o acesso do capital a demanda de superlucros. De fato, observamos que

Estamos, portanto, em meio a uma disputa hegemônica: de um lado, o capital, apoiado pelas forças neoliberais, opondo-se ao projeto de sociedade – e de universidade – construído pela classe trabalhadora; de outro, o trabalho, em luta histórica por uma sociedade emancipada do jugo do capital e, mais particularmente, em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.” (Bertoldo,2008.p. 100).

Dentro de um conteúdo histórico do capitalismo, sobre novas formas de sociabilidade que trazem dilemas sobre a educação, observamos a delimitação de estratégias de subordinação aos interesses capitalistas de desenvolvimento do país. Através de uma concepção crítica sobre a educação podemos percebê-la como forma de construção de processos de socialização. Frigotto (1995) bem define:

A educação também não é reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social. O sujeito dos processos educativos aqui é o homem e suas múltiplas e históricas necessidades (materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas). A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do *mono* domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamadas pelos modernos homens de negócio (Veblen,1918) e os organismos que os representam. (Frigotto, 1995.p.31).

Ao longo do período tal como discutimos no item anterior a respeito da reforma do Estado e abertura para a expansão e mercantilização da Educação Superior brasileira por meio de organismos internacionais frente à economia, as instituições transformam o aluno em cliente-consumidor, o que de fato, esvazia a concepção de educação como direito.

Observamos que a democracia⁹ segundo argumentos de Duriguetto (2007), “[...] é sinônimo de defesa do interesse comum, de construção de hegemonia no pluralismo, da formação de consensos no interior e a partir dos interesses de classe, visando à constituição de uma vontade coletiva emancipadora” (p.105/106), todavia, este é um conceito também explorado pela burguesia, que ao invés de viabilizar o

⁹ Aprofundaremos esse debate no próximo capítulo.

acesso aos direitos sociais das classes subalternas, torna-se estratégia para os demais segmentos.

Nessa conjuntura, diversas são as indagações quando nos referimos ao conceito de democratização e democracia. O que significa? De que forma viabiliza o acesso ao ensino? Para tanto, utilizaremos os argumentos de Duriguetto acerca da democracia na tradição marxista e a necessária distinção entre democracia-método e democracia substantiva. Há uma distinção entre as duas onde:

A democracia formal-institucional remete ao conjunto de mecanismos institucionais que permitem a liberdade e os direitos civis, políticos e sociais [...]. É nos processos da “democracia método” que se torna possível a organização político-social das classes e grupos sociais interessados na liquidação da estrutura política capitalista. A democracia substantiva amplia, para além das instituições formais, a democracia, visando a um ordenamento societário que consolida a socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida. Aqui, o fim é o de uma estrutura sem exploração nem opressão, sem alienação, uma sociedade de livres produtores associados, na qual o trabalho não se submete ao controle do capital (Duriguetto, 2011. p.296).

Temos assim, um diferencial a respeito dos conceitos de democracia que equivalem à possibilidade concreta de emancipação humana e política, que efetivamente nunca se aproximou de sua concretude no Brasil.

De tal modo, apresentam-se por meio de instituições privadas uma democracia regulada e falsamente forjada pelo grande capital, com um peso político ideológico que inferem diretamente sobre a possibilidade de consolidação revolucionária da classe trabalhadora.

A educação superior cumpre o papel restrito de “garantia” de acesso ao emprego, no entanto, observamos que nos moldes capitalistas não há emprego para todos. As práticas educativas tentam cumprir então a meta de educar para alcançar os méritos individuais em busca do desemprego.

Podemos perceber que além de garantir a formação para o mercado de trabalho, a educação passa a ser entendida enquanto fator que possibilita a ascensão social dos indivíduos de forma que estes passam a obter ‘capacidades’ para ‘participar’ da distribuição social de renda neste sistema. Para, além disso, o mérito e a culpabilização desses sujeitos, se dá de forma concreta. Frigotto (1993) expõe que

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (Frigotto, 1993. p.41)

Como um fator crescente de aumento da tecnologia e investimentos na formação técnica dos trabalhadores, a partir da década de 90, observamos que “a estratégia mais geral dá-se mediante, “[...]a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo. No plano dos conteúdos, a educação geral, abstrata, vem demarcada pela exigência ou *polivalência* ou de conhecimentos que permitam a “policognição”.” (Frigotto, 1995.p.155).

Dessa forma, o processo de inovações no campo da educação está sujeito às demandas do capital e coexiste entre um paralelo sobre a lógica expansionista que se torna responsável pela precarização do ensino e os desafios para consolidação de ações que viabilizem o acesso efetivo ao ensino público, gratuito e de qualidade. Mészáros (1995) ressalta que: “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.” (Mészáros, 1995.p.45).

Concomitantemente, tenta responder a critérios do ensino público tratado e entendido como privado e a manutenção de projetos anexados as demandas do mercado. Para os organismos internacionais, a privatização favorece a competitividade, o que entende ser um fator que, por si só, resultaria na ampliação da qualidade na oferta de ensino. Para Yamamoto, a “[...] universidade passa a ser um centro de produção de ciência e tecnologia, filtrada pelos interesses do grande capital, em troca dos subsídios e financiamentos concedidos” (Yamamoto, 2000, p. 44).

Analisando os embates decorrentes sobre os avanços dos processos educativos e a mediação entre conhecimentos e qualificação profissional, no Brasil foi instituído a Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 traz argumentos legais para a modalidade de educação à distância que foram estabelecidas no art. 80, que em sua íntegra trata:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A respeito do aumento sob as estratégias de legitimação da modalidade de ensino a distancia, concordamos com CFESS em nota publicada:

A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos, historicamente. A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto da sereia do acesso, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo que reproduz seu projeto político. (CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. 2011. Pg.14

A LDB como um aporte legal do Estado expressa um desmonte das conquistas constitucionais para a educação superior no país, criando o suporte para viabilizar a reforma educacional em vista. Lima (2007) ressalta que os objetivos para

reformulação da educação superior são: I) o alívio da pobreza, que se amplia e se aprofunda nos países periféricos, constituindo a política educacional como uma política internacional de segurança do capital; II) a difusão de um novo projeto de sociabilidade burguesa; e III) a constituição de uma promissora área de investimentos para o capital internacional em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa. (Lima, 2007. p. 125),

É válido destacar que o ensino a distância ganha visibilidade desde o início do século XIX na Inglaterra e na Suécia. Segundo o exposto por Moura (2010) baseada em dados históricos:

Podemos considerar três gerações do ensino a distância, considerando os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época: a primeira marcada pelo ensino a correspondência, caracterizada pela utilização de material impresso no início do século XIX. Nesta modalidade, por exemplo, o pioneiro no Brasil é o Instituto Monitor, que, em 1939, ofereceu o primeiro curso por correspondência, de Radiotécnico. Em seguida, temos o Instituto Universal Brasileiro que atua a dezenas de anos nessa modalidade educativa, no país. [...] A segunda caracterizada pelos modelos de Teleeducação ou Telecursos, com a utilização de programas radiofônicos e televisivos, com aulas expositivas fitas de vídeo e material impresso. A comunicação síncrona predominou neste período [...]. E enfim a terceira geração, a dos Ambientes interativos, que flexibiliza o tempo para o acesso a educação e dinamiza a comunicação e viabiliza o acesso e armazenamento de informações em tempos diferentes sem a perda da interatividade entre os sujeitos envolvidos. Com a eliminação do tempo determinado para o acesso a educação, a comunicação é assíncrona em tempos diferentes e as informações são armazenadas e acessadas em tempos diferentes sem perder a interatividade. (Moura, 2010.p. 19/20).

Essa construção histórica da Educação a distância se mostra funcional ao capitalismo como parte do reordenamento do Estado. De fato, o acesso facilitado ao ensino por meio do aumento das tecnologias e o melhor aproveitamento da demanda espaço/ tempo, possibilita percebermos que:

As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentais para a produção de mercadorias. Mas a força dinâmica

da acumulação (e superacumulação) do capital, aliada às condições da luta social, torna as relações instáveis. (Harvey, 1996.p.218).

Sobretudo, observamos o baixo nível de investimento no campo dos cursos das áreas humanas pelos empresários da educação e ainda a possibilidade de ampliação de uma ideologia que prega o individualismo e a responsabilização dos indivíduos. Atentamo-nos que “O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas.” (Harvey, 1996. p. 179). Em concordância, Guerra (2010) observa que:

A condição de mercadoria barata a ser consumida rapidamente, à qual a formação profissional tem sido submetida, e a constituição de novos nichos de mercado afetam em especial cursos com custos relativamente baixos, como o de Serviço Social. Não é casual que a oferta de cursos a distância encontre no Serviço Social campo fértil (Guerra, 2010, p.732).

Ressaltamos que educação não é mercadoria, ela deve ser representativa e garantir qualidade em todos os âmbitos. Não pretendemos negar as contribuições e facilidades que a Educação à Distância tem a oferecer, nem ao mesmo, categorizar seus alunos e professores, mas perceber sua realidade, que no Brasil ela ainda se desenvolve por meio do discurso da democratização do acesso ao ensino e o nicho de valorização sobre a demanda do mercado. A guisa de diálogo, trazemos uma perspectiva apontada pelo Conselho Federal de Serviço Social a respeito dessa lógica que se instala em nosso país.

O Serviço Social brasileiro ousa dizer à forma como vem sendo implementado o acesso da população brasileira ao ensino, que, em larga medida, extravia seu caráter público, presencial, laico e de qualidade, em um contexto neoliberal, no qual o Estado empenha-se para atender às exigências dos organismos internacionais, criando as condições para a institucionalização de um padrão educacional que dissemina uma educação que contribui para a manutenção da desigualdade social e de relação sociais que alienem, desumanizam e conferem adesão passiva ao modo de ser burguês. (CFESS, 2012.p.1)

CAPÍTULO 02:

Os desafios atuais para a formação profissional: o Projeto Ético Político entre os limites e possibilidades da educação à distância

2.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

Dentro de um projeto de reformas tal como fizemos uma análise no item anterior, deparamo-nos com a formação profissional do assistente social, que se vincula fortemente aos interesses de uma nova ordem societária. Em meio a interesses antagônicos de classes e uma estrutura de educação superior sobre a lógica do capital, nos intriga refletir elementos centrais para a formação destes profissionais.

O projeto de formação profissional do assistente social hegemônico na atualidade, é fruto das construções coletivas da categoria profissional. Inserido na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social possui uma formação profissional orientada por um Projeto Ético Político com valor central pautado na liberdade, e que tem, de acordo com o CFESS:

compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário¹⁰ que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia, ou orientação sexual. (CFESS, 1993).

Ainda na década 70, salientamos que com o Método BH o Serviço Social apontava em direção a um avanço da intenção de ruptura com clara resistência as práticas profissionais existentes. Porém, é no marco dos anos 80 que esse debate aparece formulado em termos marxistas, que resulta em um comprometimento com a classe trabalhadora e uma conjuntura de aumento significativo dos movimentos sociais no Brasil e a “... criação de um perfil profissional dotado de uma competência teórico-crítica, com uma aproximação consistente às principais matrizes do pensamento social da modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social.” (Iamamoto, 1998.p.184).

Salientamos que a categoria dos assistentes sociais aderindo à perspectiva teórico-crítica de Karl Marx, direcionam para o que Netto (1996) aponta como alguns aspectos que de fato, contribuíram para o processo de reconceituação do serviço social brasileiro, entre eles: 1) estabelecimento de um pluralismo profissional, ou seja,

¹⁰ Partimos do entendimento de que “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratando mais fortemente determinações de outra natureza (de gênero, culturais, étnicas, etárias, etc.)” (Netto, 1999.p.94).

procedimentos diferenciados que buscam a legitimação da prática profissional e a concretização teórica da atuação profissional; 2) diferenciação das concepções profissionais, ou seja, o rompimento com a aproximação com as discussões das ciências sociais; e 4) Constituição da investigação e pesquisa na área do Serviço Social.

Os profissionais buscavam romper com o tradicionalismo e conservadorismo presentes na categoria, que embora, em um primeiro momento houvesse a apropriação enviesada, equivocada e reducionista da teoria social crítica, viabilizou a construção de novas análises sobre a realidade no processo de produção capitalista e também a respeito da prática profissional, que certamente não se deu sem dificuldades. Nesse sentido, Netto (2007) afirma que houve:

De um lado, uma ponderável abertura e ampliação de horizontes ideoculturais, que permitiu a profissão aprofundar o rompimento com a notória endogenia das suas representações; de outro, um sensível elemento crítico, responsável pela introdução, no terreno das representações profissionais, de um confronto de idéias e concepções antes não registrado. (Netto, 2007.p.303).

Nesse processo de renovação do Serviço Social, deu-se início a construção coletiva do projeto profissional, conforme sucintamente mencionado no início deste capítulo, que muito se propunha a articular os interesses da classe trabalhadora, e também no momento em que se passa a compreender as transformações societárias. Nesse sentido, concordamos com Netto, quando ele afirma que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais. (Netto, 1999.p.95)

O Projeto Profissional do Serviço Social dos anos 90¹¹ nos demonstra uma melhor incorporação do marxismo no Serviço Social onde observamos a compreensão da dimensão ontológica e a centralidade do trabalho. Desta forma, as concepções ideológicas e os valores que instrumentalizavam o Serviço Social brasileiro, passam a

¹¹Destacamos que anterior aos anos 90 existiam projetos profissionais, que não eram nominados dessa forma, mas tinham bases de sustentação teórica, valores de uma moralidade profissional resultado na ação, normativas como os códigos e currículos.

desvelar uma posição ética e política como uma direção social que segundo Barroco (2010):

[...] fundada em Marx, tem um caráter revolucionário: em [termos] de reflexão ética exige a criticidade radical e a perspectiva de totalidade; em termos de valores se apoia na liberdade e na emancipação humana. Praticamente, supõe um projeto societário de supressão da alienação, da exploração, das formas reificadas de viver moralmente” (Barroco, 2010, p.198).

No que tange a década de 90, segundo argumentos de Koike (2009), cabia redimensionar o projeto profissional, a partir do então denominado projeto ético político, frente às alterações do mundo do trabalho, nas manifestações da questão social¹², nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais.

Dessa forma, é possível perceber nesse contexto a necessidade de se rearticular o arcabouço jurídico da profissão que estão vinculados à Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares de Ensino, sobre a compreensão a respeito da profissão como assinala Koike (2009):

elege a liberdade como valor central, o trabalho como fundante do ser social, a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural, a equidade traduzida em justiça social e o reconhecimento do pluralismo de ideias e de práticas na profissão e na sociedade. (Koike, 2009.p.210).

O Código de Ética da profissão de 1993 que rompeu com os resquícios do cunho conservador que ainda estavam presentes do Código de 1986, traz um compromisso que “propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supões a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação.” (CFESS, 1993) e possui uma

¹²A questão social aqui é entendida segundo argumentos de lamamoto (2001) que bem ressalta como: [...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal. (lamamoto, 2001.p.16, 17).

valoração ética vinculada ao projeto profissional. Seus princípios fundamentais pautam-se em:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Segundo Barroco (2010), a ontologia social de Marx passa cada vez mais a ser utilizada e refletida pelos profissionais a respeito do método crítico dialético, a cultura, a práxis, que despontam vários argumentos para discussão da ética no Serviço Social. Dentre estes argumentos, a centralidade do trabalho¹³ no processo de

¹³ Marx analisa o trabalho enquanto intrínseco ao homem, e acrescenta: “Põe em movimento as forças naturais de seu corpo (...) a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à

constituição do ser social¹⁴ contribui para a apropriação dos profissionais a respeito das possibilidades de enfrentamento das suas demandas. Concordamos ainda, que

“O Serviço Social é um fenômeno típico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista; portanto, o desvelamento da natureza de sua ética só adquire objetividade se analisada em função das necessidades e possibilidades inscritas em tais relações sociais. Em face das demandas e respostas éticas construídas nesse marco é que a ética se objetiva, se transforma e se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional.” (Barroco, 2010.p.68).

Os (as) assistentes sociais passam a perceber então que nesse modelo de acumulação capitalista, as transformações nos meios de produção jamais coincidem com sua finalidade, uma vez que há acaso nas objetivações, porque ao inserir na realidade já existente o novo objeto, desencadeia situações que jamais poderão ser previstas em sua totalidade. Isso altera não só a relação com o processo de produção, mas também a relação dos indivíduos entre si, pois eles também têm que responder às novas necessidades e explorar novas possibilidades, postas nas novas situações que surgem.

É importante demarcar que o trabalho por ser o fundante do ser social, é o princípio de todo ser humano e assim concordamos com Marx (1978) *apud* Frigotto, que o trabalho enquanto mercadoria de interesse oportuno do capital revela que:

“Os homens antes de qualquer determinação concreta substancial, transformam-se em mônadas do dispêndio de força de trabalho abstrata. Em agregados altamente diferenciados cooperam de forma diretamente social, porém em grau mais alto de indiferença e

vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (Marx, 2002, p. 211) Em consonância, Lukács (1981) afirma que: ““(…) é suficiente um olhar muito superficial ao ser social para perceber a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, para perceber que aí surgem novas relações de consciência com a realidade (...). (Lukács, 1981, p. 1)

¹⁴O ser social é entendido, como um ser real, concreto, histórico e dialeticamente constituído na vida, em contraposição a proposta idealista. Este, por sua vez, vive e se objetiva na vida cotidiana e, na atualidade, numa sociedade dividida pela relação de classe, pelas relações sociais capitalistas e pela exploração “do homem pelo próprio homem”, estando diretamente, intrínseco e extrinsecamente, vinculado a dicotomia capital versus trabalho. [...] O ser social se diferencia dos animais pela sua capacidade de transformar a própria natureza, de tal modo que ao transforma-la, transforma a si mesmo. O primeiro ato humano e social, segundo os apontamentos marxistas, é a criação das condições materiais para a sua sobrevivência. Deste modo, para que possa fazer sua própria história, deve, primeiramente, estar em condições para isso (MARX, ENGELS, 2007). (Braghini et al, 2013).

alienação recíprocas. Podem satisfazer suas necessidades apenas indiretas posteriormente, mediante o processo abstrato de automovimento do dinheiro.”. (Frigotto, 1995.p.63)

Dessa forma, analisamos que a profissão adere a um caráter revolucionário, pautada em uma reflexão ética, sobre a liberdade e a emancipação humana no que tange a década de 90, “mas esse processo é pleno de contradições [...] tem o sentido de transformar a liberdade e igualdade formais em realizações concretas; liberar o trabalho de sua forma alienada, de sua sujeição ao poder das coisas, de sua exterioridade em face dos indivíduos sociais.”. (Barroco, 2010.p.198).

Em conformidade com o Código de Ética supracitado anteriormente está a Lei n.º 8662/93, que regulamenta a profissão. Por meio dela, os (as) assistentes sociais podem balizar sua atuação, através das definições a respeito das competências que estão estabelecidas no (art. 4º) e atribuições privativas no (art. 5º). Outro arcabouço jurídico é a Lei de Diretrizes Curriculares do Serviço social (1996). Todos eles devem estar em consonância e implicar no que nos propõe a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS):

que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996).

Dessa forma, compreendemos que a formação profissional – que passou por amplo processo de reestruturação – no movimento de garantir as diretrizes do projeto ético político profissional, coloca a necessidade de que,

A reflexão ética é pressuposto para a formação/capacitação e o exercício profissional; é necessária para o desvelamento da realidade face às implicações éticas do agir profissional, aos conflitos éticos presentes no cotidiano profissional, aos impasses diante de escolhas de valor, entre outros. [...] pode propiciar uma elevação acima da cotidianidade, permitindo a escolha consciente diante das contradições, possibilitando a um grupo social, em determinado momento, uma sistematização/ representação de seus valores e projetos, contribuindo para fortalecer suas conquistas. (Barroco, 2010.p. 70)

A propósito do debate contemporâneo do Projeto Ético Político faz-se necessário reconhecer as demandas colocadas pela categoria sobre a atual conjuntura desse sistema. A respeito desse debate a ABEPSS nos incita

[...] a realizar reflexões críticas sobre o contexto e o processo de implantação e efetivação das diretrizes curriculares do Serviço Social, aprovadas pelo conjunto da categoria em 1996, justamente, quando os impactos da contrarreforma do Estado vêm avançando, ofensivamente, na política do ensino superior no Brasil e, em particular, no interior dos cursos de Serviço Social (ABEPSS, 2010, p.8).

Levando-se em consideração a realidade da formação profissional de novos assistentes sociais em meio a tais dificuldades e um cotidiano de alienação da classe trabalhadora, procuramos compreender de fato como a modalidade EAD no Brasil tem destoadado de uma educação superior de qualidade.

Dimensões que para desenvolver suas potencialidades necessitam da interlocução com a teoria social crítica; da atitude investigativa e da prática da pesquisa, dos estudos avançados proporcionados pelos diferentes níveis da pós graduação, da produção de conhecimento, da apropriação dos princípios éticos; do empenho teórico prático à aproximação aos carecimentos das classes trabalhadoras; de formação qualificada, com direção social e fino acompanhamento da dinâmica societária, das necessidades sociais subjacentes às demandas profissionais, dos processos formativos e do exercício profissional. (Koike, 2010. p.17).

Os (as) assistentes sociais, inseridos nesta lógica de precarização sentem as expressões deste processo na flexibilização do trabalho, na redução salarial, na exploração e em conseqüente na precarização do ensino em uma modalidade que se destoa das orientações pedagógicas do curso. Temos assim, a formação de novos profissionais que irão intervir na vida de seus usuários e que por sua vez podem balizar-se em dimensões burocráticas, pragmática e apenas instrumental da profissão. Concordamos com Teixeira e Braz (2009) quando ressaltam que

[...] o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfrentamento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho- o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete a manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro no últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no

âmbito do exercício profissional e no campo da formação- onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se revelam das metodologias de ensino em graduação à distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas. (Teixeira e Braz, 2009.p.16)

Em meio à intencionalidade de superação desta ordem do capital, se faz necessário propor alternativas através de desdobramentos políticos, ideológicos e teóricos que possibilitem ao assistente social perceber o vínculo existente com os compromissos presentes no Código de Ética Profissional, como autonomia do indivíduo. Tal como poder ser melhor explicitado na citação abaixo.

[...] É preciso ter claro que o verdadeiro ponto de partida não está na “cabeça” do assistente social, mas na realidade que desafia, provoca, orienta e indica as bases para um determinado por teleológico que estabelece o patamar para um trabalho profissional crítico e propositivo. O profissional precisa potencializar e valorizar exatamente aquilo que é frequentemente reivindicado por ele próprio como sendo a razão imediata de sua paralisia e desânimo: as demandas, os limites e os desafios com as quais os profissionais se deparam no cotidiano profissional (Silva, 2006, p. 170).

Ressaltamos que o projeto se declara radicalmente democrático quando – “considera a democratização como a socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. Com a apropriação da riqueza privada, a superação deste fato é consequente emancipação humana.” (Farias, 2013.p.31).

Desta forma, retomamos a discussão sobre o avanço do debate crítico marxiano, onde o Serviço Social coloca como princípio central a liberdade e a partir dela a compreensão sobre a posição anti-capitalista da profissão. Os seus princípios norteadores para atuação e para formação profissional estão em contraponto à ordem social que esta posta na concepção de liberdade, pois “a liberdade defendida pelo liberalismo supõe a desigualdade; vincula a posse de bens materiais à felicidade, numa sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção e do trabalho.” (Barroco, 2010, p. 203).

É válido destacar que como profissão, o Serviço Social precisa articular princípios que respondam as demandas da sociedade brasileira, uma vez que, os valores liberais burgueses assumidos por esta classe têm um caráter intrínseco ligado à acumulação da riqueza e a propriedade privada, que de fato destoam da concepção de

liberdade e democracia como forma de justificativa da contradição existente nesse sistema.

2.2. SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DA DEMOCRACIA

Dentre as diferenças existentes acerca do debate da democracia, nos interessa aqui demarcá-las entre estas concepções no campo liberal e marxista por entendermos que são grandes linhas neste debate. De fato, as conexões entre capitalismo e democracia permeiam o objeto que ora pretendemos dar início.

Segundo Bobbio (1994), a existência de regimes liberais democráticos ou de democracia liberal, pressupõem a existência do liberalismo e a democracia como formas interdependentes. Para ele, um governo que se institui democrático não consegue limitar seu poder. E, portanto, traduz as diferenças entre liberalismo e democracia:

“(…) por liberalismo entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por “democracia” entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia.” (Bobbio, 1994.p.7).

No liberalismo, a democracia torna-se funcional as exigências do Estado e restringe-se, principalmente, a participação do indivíduo na vida política restrita, alienada e funcionalizada pelo Estado através das leis. Todavia, Bobbio (1994) ressalta que um “Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras.” (Bobbio, 1994.p.7).

Nestes termos, Bobbio (1994) ressalta a incompatibilidade da democracia por princípio e as demandas do liberalismo, pois ele evidencia clara diferença entre liberdade e igualdade onde “uma sociedade liberal-liberalista é inevitavelmente não igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não-liberal” (Bobbio, 1994.p.37), destacando que uma só realiza-se plenamente ao limitar a outra.

Bobbio analisa alguns artifícios utilizados através dos mecanismos instrucionais para legitimar a ordem liberal através dos direitos naturais para construir o Estado de Direito, este por sua vez, pressupõe a igualdade política, que sugere o

nivelamento dos sujeitos de tal forma, que as demandas sociais fiquem implícitas aos olhos da classe trabalhadora. O Estado de Direito em acordo com a descrição de Bobbio (1994) é,

[...] geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independentemente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder [...] Na doutrina liberal, Estado de direito significa não só subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis gerais do país, limite que é puramente formal, mas também subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, e portanto em linha de princípio “invioláveis. (Bobbio, 1994.p. 18/19).

Todavia, o que aqui esperamos evidenciar é que apesar da ideologia neoliberal estar estreitamente vinculada ao conceito de democracia moderna, ela “não pode ser compreendida sem as ideias e as lutas da tradição democrática- socialista.” (Losurdo, 1992.p.3 apud Duriguetto, 2011.p.290).

Segundo Duriguetto (2011), o sistema capitalista é capaz de produzir diversos regimes políticos que embora contribuam claramente para o bom andamento dos critérios econômicos, veem na incorporação dos direitos políticos e sociais uma forma de manter os interesses do capital e legitimando as estruturas dominantes. Dessa forma, “isso exige ao sistema capitalista, e à (fração de) classe hegemônica, controlar e restringir o desenvolvimento ilimitado da democracia e do protagonismo popular nas decisões sistêmicas.”. (Duriguetto, 2011.p.291). Vejamos que partindo deste entendimento, a autora bem sinaliza:

“[...] Com inúmeros exemplos históricos, mostra uma relação claramente instrumental da democracia em relação ao capital. Como vimos, ora ela é aceita e promovida (formal e limitadamente) - desde que permita a reprodução das relações sociais, a acumulação ampliada de capital, a manutenção da hegemonia e da propriedade privada -, ora é combatida e substituída pela autocracia (ditadura) ou bonapartismo (o chamado “populismo”), quando seu desenvolvimento ameaça a ordem. A ofensiva neoliberal contra a ampliação dos direitos sociais instituídos nos Estados de Bem- Estar também é uma resposta política restritiva à ampliação da democracia. [...] Podemos assim concluir, a partir dessas respostas restritivas, restauradoras ou reacionárias, que para o capital a democracia não tem um valor em-si, mas um valor instrumental. (Duriguetto, 2011.p. 291).

Note-se ainda, que a partir das afirmações da autora, temos diferentes conceitos de democracia dentro da tradição liberal que são: o modelo elitista da

democracia, o modelo pluralista democrático, o modelo da democracia participativa, de ampliação da esfera pública e a representativa.

O modelo elitista ou “minimalista” da democracia tem sua gênese com as preposições do pensador Joseph A. Schumpeter (1961), que claramente influenciou-se pela teoria de Marx Weber. O autor reconhecia a democracia enquanto “[...] um mecanismo estritamente procedimental, ou seja, limita-se à disputa entre diferentes elites renováveis periodicamente por meio das eleições.” (Duriguetto, 2011.p.292).

Por outra via, o modelo pluralista democrático retrata que a democracia só existe quando os grupos tem capacidade de expressar suas demandas. Em contraponto, há a concepção de um Estado que deve estar intrinsecamente ligado a um conjunto de instituições que atendam efetivamente a estas demandas impostas e de fato, “seu papel é agir como juiz e arbítrio dos diferentes interesses de grupos, para regular os conflitos e promover o bem estar coletivo.” (idem, p.292). Duriguetto (2011), ainda complementa sobre esse modelo pluralista, usando argumentos de Bobbio (1987) para reafirmar que a democracia é a democracia das “regras do jogo”, do bom funcionamento das instituições e das garantias do “Estado de direito”. (Bobbio, 1988 *apud* Duriguetto, 2011).

Diferenciando-se entre os demais modelos, o modelo da democracia participativa reflete a necessidade de haver uma participação efetiva dos sujeitos sociais nas mais diversas instâncias políticas, as quais estejam presentes assuntos de interesse público, onde “a dinâmica democrática estaria centrada na influência que os sujeitos coletivos pudessem exercer, em termos de demandas e controle sobre o aparato estatal.” (Duriguetto, 2011.p.293).

A democracia como a ampliação da esfera pública estudada por Jurgen Habermas pressupõe a compreensão da esfera pública, assim como a democracia, enquanto procedimento jurídico-institucional e forma de convivência crítico-argumentativa. Ao analisar a compreensão de Habermas sobre democracia, Duriguetto analisa que para este autor:

A democracia supõe uma dimensão comunicativa e interativa, na qual os atores sociais participam de um debate crítico- racional acerca da organização da sociedade. Habermas define a democracia como o processo de institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação, ou seja, a democracia é entendida enquanto um sistema

de regras práticas mais adequadas para a organização de um processo de livre comunicação, ou seja, para a criação de espaços públicos de realização dos procedimentos argumentativos de formação da opinião. [...] Em Habermas, os processos democráticos são orientados em torno da discussão do bem público, ao invés da competição pelo bem privado de cada um. A democracia requer voz igual para cada cidadão na pressão por suas reivindicações, independentemente de posição social ou poder. Cada um deve ter oportunidade igual para apresentar propostas e para criticar. (Duriguetto, 2011. p.294).

Quanto aos modelos liberais propostos sobre a democracia, Duriguetto (2011) reafirma a intrínseca necessidade de articulação para com o mercado e o Estado no capitalismo, onde “a democracia só é compatível com ordenamentos políticos democráticos formais e restritos, compatíveis com a manutenção da propriedade privada e da desigualdade social.” (*idem*, p. 296). Concordamos com a autora quando ela bem relata:

“Dessa forma, as atividades econômicas são vistas como “naturais”, frutos da ação de indivíduos livres no mercado. Este, assim, teria uma suposta dinâmica própria e autônoma, enquanto que os processos políticos- institucionais ocorridos no interior do Estado são conceitualizados na ótica da “democracia formal”, das “regras do jogo”, como esfera exclusivamente pública, portanto, “desecomonomizados”. [...] No liberalismo, a democracia esvazia-se de conteúdos igualitários e emancipadores e se curva à abstração fetichizada do mero procedimento administrativo [...] Quando o método é um simples procedimento, a democracia é indiferente diante dos conteúdos das decisões ou dos valores que as orientam” (BORON, 2003, p.213). Ou seja, seu significado e seus aspectos constitutivos encontram-se esvaziados de conteúdos que a projetem para além de seus procedimentos normativos.” (Duriguetto, 2011.p. 295).

Em contraponto, queremos fazer uma análise da democracia na tradição marxista, ainda que consideremos que existem outras perspectivas é esta compreensão que está na base da direção social estratégica da profissão. Elas se subdividem entre democracia formal-institucional e a democracia substantiva, ambas são capazes de relacionar-se com o conceito de emancipação política¹⁵ e emancipação humana¹⁶.

¹⁵Segundo Duriguetto (2011) “A emancipação política remete, portanto, ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma “liberdade” e uma “igualdade” formais dos cidadãos – a liberdade e a igualdade perante as leis. Dessa forma, ela, sem dúvida, representa conquistas importantes no progresso dos direitos e igualdades (formais) humanos. Contudo, realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto, submete-se à manutenção de um sistema estruturalmente desigual.” (Duriguetto, 2011.p.296).

¹⁶ Ainda sobre argumentos de Duriguetto, ela trata a emancipação humana segundo acepções de Marx: “Já a emancipação humana, para Marx, exige a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração”. Ela ocorre, portanto, na necessária superação da ordem do capital [...]” (Duriguetto,

A democracia formal institucional está estritamente relacionada às normas institucionais que permitem de certo modo, o acesso a liberdade e os direitos civis, políticos e sociais, que ainda possibilite as classes um meio de consolidação da liquidação da estrutura política capitalista. (Duriguetto, 2011).

A democracia substantiva por sua vez, objetiva além do proposto pela democracia formal institucional a ampliação e socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida, onde “o fim é o de uma sociedade sem exploração nem opressão, sem alienação, uma sociedade de livres produtores associados, na qual o trabalho não se submeta ao controle do capital.” (Duriguetto, 2011.p. 296). A guisa de diálogo, concordamos com a autora que,

É na tradição marxista que encontramos uma definição de democracia que não se resume aos seus aspectos formal-institucionais. Ao contrário, nessa tradição, as conquistas dos componentes democráticos – que dão materialidade ao formal- institucional – são reconhecidas como patrimônio de lutas e das organizações dos trabalhadores. Democracia aqui é vista como um processo que tem sua força motriz alimentada nos conteúdos das resistências, dos projetos e das ações organizadas e conscientes dos trabalhadores. Democracia, nessa perspectiva, é a erradicação das formas de concentração do poder econômico e político sob os quais se edificaram e se edificam os regimes democráticos hoje tão enaltecidos. (idem, p. 299).

De acordo com a tradição marxista, Netto (1990) também faz conexões entre o capitalismo e a democracia. Ele bem ressalta que “o evoluir de ordem capitalista abre a possibilidade objetiva da moderna democracia política, fundada na generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal dos indivíduos [...]”. (Netto, 1990.p.76). Para o autor,

Entretanto, o que a análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um *limite absoluto*: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na *igualdade social real*, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção – a estrutura capitalista só compatível com a democracia-método [...]. De fato, as estruturas econômicas capitalistas só são compatíveis com ordenamentos políticos democráticos no limite *restritos*, e manter essa restritividade é, para elas, questão vital. Não é uma causalidade, pois, que historicamente a prática política das classes e grupos sociais para os quais a liquidação das estruturas capitalistas constitui o limiar em que se perfila a possibilidade concreta e objetiva de um exercício

pleno e real da participação social e política tenha sempre apontado para ultrapassagem da limitação política da democracia moderna pela via mesma da luta pela universalização do ordenamento democrático. (Netto. 1990.p.76).

Ao analisar os elementos que tencionam o debate democrático, Netto (1990) é enfático quanto a compreensão de uma subordinação quanto aos limites impostos pela ordem burguesa, que estabelece a democracia aos seus critérios e percebe que “(...) quando a democracia política se torna obstáculo para a manutenção (ou reconversão) do sistema, os seus beneficiários articulam respostas restauradoras e/ou reacionárias (...)”. (Netto, 1990.p. 76/78).

Coutinho (1994) ressalta que a democracia tem sua gênese na sociedade burguesa e dessa forma, com aporte teórico no marxismo, ele observa a democracia como fonte de *valor*¹⁷ estratégico, enquanto dimensão humano genérica. Por se tratar de um valor, a democracia pode ser trans-histórica e não vai se remeter somente a forma histórica concreta da sua realização, ou seja, dentro dos marcos burgueses, ela poderá existir em uma sociedade socialista.

Em perspectiva diferenciada, concordamos com Netto (1990) quando ele sinaliza que no capitalismo nós chegamos ao patamar máximo de desenvolvimento de organização da desigualdade, diferença de classe. Esta por sua vez, é estratégica porque é por meio dela, ou do seu inchaço, que se poderá fortalecer dentro da transição socialista a construção da luta e sociabilidade, que será superada na sociedade emancipada.

Na particularidade brasileira, Coutinho (1986) observa que a democracia é uma via necessária para a construção socialista. Para ele, o processo de participação popular, tal como a possibilidade efetiva de liberdade, possibilita uma democracia de massas que em muito supera a democracia formal descrita anteriormente. Nestes termos, a democracia para o autor é progressiva e combinar-se-á a hegemonia da classe trabalhadora.

¹⁷O autor usa argumentos em Lukács para entender a democracia como um valor: “tudo o que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicitação desse ser genérico. [...]. As componentes da essência genérica do homem são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a consciência e a liberdade. [...]. Pode-se considerar ‘valor’ tudo o que, em qualquer das esferas [do ser social] e em relação à situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais” (LUKÁCS, 1989, p.86)

Em acordo, Netto (1990) argumenta a respeito das modificações que ocorrem nas estruturas capitalistas e as diversas relações postas e ordenamentos políticos diferenciados. Quanto à formação econômico- social, ele aponta para uma “progressiva expansão da socialidade” que caracteriza-se pela interação entre os homens de forma hierárquica e se expressa pela “possibilidade de crescente inserção de amplas massas humanas na prática da cidadania, liberadas de coações outras que não aquelas referenciadas ao enfrentamento das exigências imperativas da estrutura econômica.” (Netto, 1990.p.74).

(...) a contradição entre a crescente socialização da vida humana e os restritos e restritivos modos de as massas humanas incorporadas neste processo aí intervirem decisivamente, posto que a socialização se dá nos limites de formações econômico- sociais cuja estrutura econômica mantém-se como tal enquanto exclui das instâncias de decisão as massas que a põem em funcionamento, que a realizam historicamente. (Netto, 1990.p.75).

Os ordenamentos políticos que estão vigentes nas formações econômico- sociais são o meio pelos quais as classes conseguem neutralizar os impactos negativos do capitalismo, e que interferem sobre os mecanismos da vida social e em acordo, como “a reprodução das relações sociais que, nas formações econômico- sociais capitalistas, sustentam o estatuto privado da propriedade e dos meios de produção.” (Netto, 1990.p.75).

A pré-condição social para o desenvolvimento das forças produtivas, na ordem capitalista, reside na ruptura das relações inter-humanas “naturais”. No curso do processo histórico, esta ruptura realiza-se com a equalização legal que faz da igualdade jurídico- formal o fundamento da cidadania (ou seja, em termos políticos: a faculdade individual de dispor-se de si mesmo). Na realidade das formações econômico-sociais capitalistas, mais se desenvolvem as forças produtivas, mais efetivo e profundo tende a tornar-se o reconhecimento social desta igualdade. Todavia, é preciso atentar – levando em conta a mesma realidade – para o fato de que este reconhecimento também não é uma função automática (nem irreversível) daquele desenvolvimento, que só fornece as premissas estritamente econômicas para a equalização legal; com efeito, a possibilidade de generalizar e internificar o reconhecimento social depende da mobilização das classes e grupo sociais para os quais ele passa a ser o requisito *sine qua non* para os mais elementares exercícios dos direitos cívicos. (Netto,1990.p.75/76).

Segundo Netto (1990), a democracia política combina-se à política liberal, de modo que ambas sejam partes das mediações históricas e sociais do sistema capitalista. A democracia política funda-se pelo “reconhecimento social da igualdade

jurídico- formal dos indivíduos e comportando a incorporação de amplos segmentos sociais cenários da ação e da intervenção sociais.”. (Netto,1990.p.76) Porém, há diversos embates no que tange a estrutura econômica e a democracia, uma vez que, esta é limitada. Para o autor, “ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção (...)” (Netto,1990.p.76/77). Em consonância com a descrição de Duriguetto (2011) feita anteriormente, Netto afirma que somente é compatível com a estrutura capitalista, a democracia método.

Concordamos com o autor quando aponta objetivações a respeito da democracia no capitalismo e conclui a respeito da oneração da universalização e consolidação dos institutos democráticos e em suma ressalta que estes “(...) permitem às classes e grupos sociais anticapitalistas reduzir substancialmente a legitimidade e a viabilidade das respostas tendentes a acentuar os graus de restritividade.”. (Netto, 1990.p.78). Portanto, as soluções apontadas para além das possibilidades existentes no capitalismo requerem e exigem rupturas. (Netto, 1990).

Nesse contexto proposto sobre rupturas e transição, a democracia deve se efetivar enquanto condição social para organização societária de forma que consiga fortalecer a participação política dos indivíduos. Dessa maneira, a democracia destaca-se enquanto meio necessário para garantir a inserção dos trabalhadores e enquanto um limite à ordem vigente. (Netto, 1990).

O paradoxo é, de fato, aparente – mas está inscrito na realidade das nossas sociedades. A existência efetiva da possibilidade de cidadania de operar como legitimadora da ordem burguesa é atestada, entre outras intervenções, pelo esforço de correntes social- democratas para criar, em nossos países, um novo campo de polarização social (cujo êxito ou fracasso ainda está longe de qualquer teste histórico minimamente significativo). Entretanto, o que se deve questionar particularmente entre nós é a possibilidade, nas nossas condições, de uma ordem burguesa não-autocrática, de uma ordem burguesa permeável à democratização da sociedade e do Estado. Evidentemente, este problema reenvia às chances de as burguesias latino-americanas se posicionarem como classes dirigentes, inflexionando a forma da sua dominação. (Netto, 1990. p. 125)

Coutinho (1984) e Netto (1990) possuem argumentos que se coadunam, pois verificam que a necessidade da sociedade estar presente nas instituições democráticas e dessa forma possam contribuir sistematicamente para efetivação de direitos o que vale

dizer é que, “o caráter jurídico que reveste o conjunto de liberdades políticas enfeixadas nos instituídos cívicos rebete na ordem (sociedade) civil (...) que permite a expressão dos sujeitos individuais, só delimitada – (...) pelo direito de libre expressão de outrem.” (Netto, 1990.p. 123). A redefinição da democracia nos parece uma alternativa para o ordenamento político em questão, e a critério de debate, concordamos com a seguinte afirmativa:

“Ainda sem quebrar o ordenamento capitalista, a redefinição da democracia política pelo seu componente de massas cria três requisitos sem os quais, parece-me, é impensável a transição socialista em nossas sociedades: abre a via para a democratização da sociedade e do Estado, introduz o proletariado e seus aliados estratégicos nas atividades da gestão social e instaura uma dinâmica societária que permite vincular o “mundo do trabalho” ao “mundo da cultura.” Não é preciso aduzir, a cultura, que uma tal redefinição prática da democracia resulta do direcionamento consciente das lutas de classes – implicando, pois, necessariamente, projetos políticos mediatizados por partidos de orientação proletária. (Netto, 1990.p. 127).

Atentando-nos ao quadro da realidade brasileira e a questão democrática então vigente sobre a ordem do capitalismo global, concordamos que a natureza da contrarreforma neoliberal, muito incide sobre a possibilidade de uma democracia aos parâmetros descritos por Netto e Coutinho, e afetam a realidade do ensino superior no Brasil e a formação profissional de novos assistentes sociais que estão imersos nessa realidade perversa. Em acordo com as preposições de Florestan Fernandes, observamos que

O caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se [...] não só porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou detê-la, mas, também porque ela não tem como conciliar o modelo neo-imperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro. (Fernandes, 1974.p.220).

Dessa forma, tendo claro as diferenças existentes sobre a democracia e entendendo as particularidades que tangem o desenvolvimento econômico e social do nosso país, fruto dos processos históricos, agora entraremos no debate do Serviço Social. É válido destacar que incorporação dessa discussão, contribuiu sistematicamente para o avanço da profissão.

Sabemos que as produções teóricas nesse campo são diversas e que, portanto há um conjunto de análises a respeito da democracia dentro da categoria profissional dos assistentes sociais. Em acordo, Neves (2013) bem ressalta que:

“Em nosso país, em que o recente processo de democratização se fundou na modernização conservadora (Barrington Moore Jr.) de sua economia e do poder das suas elites, a maioria das propostas democráticas revela uma fundamental cisão entre democracia política e socialização da riqueza. As propostas liberais apostam na construção da democracia representativa relacionada a momentos pontuais de democracia participativa. De outro lado, a esquerda socialista e os comunistas investem na pauta democrática para fortalecer a soberania popular e combater o capitalismo – mas note-se que mesmo a esquerda elegendo a questão democrática como uma prioridade nas lutas populares no país, isto não implica que sua concepção e compreensão seja uniforme entre os grupos e partido que compõem.” (Neves, 2013.p.26).

Observamos assim, que no marco do capitalismo a concepção de cidadania, tal como a de democracia, e a ampliação de direitos, estão a todo o momento a mercê dos limites e possibilidades desse sistema, e que, conforme posicionamento crítico da totalidade “(...) não invalida a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos (...) mas sinaliza que a sua conquista integra uma agenda estratégica de luta democrática e popular, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária.” (Behring e Boschetti, 2009.p.195).

Nestes termos, o Projeto Profissional que tem como valor central a liberdade conforme citado no início deste capítulo, onde esta é “(...) concebida historicamente, como possibilidade de escolher alternativas concretas; daí um compromisso como autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.” (Netto, 1999.p. 104/105) está fortemente articulada aos elementos constitutivos da realidade brasileira e a sua vinculação ao projeto, que se institui radicalmente contra a ordem social vigente.

Nessa perspectiva, diversos são os limites encontrados para articulação das demandas profissionais, dado a ofensiva das políticas neoliberais que se caracterizam pela disseminação de uma ideologia que muito está ligada ao conservadorismo. Dentro destes aspectos, observamos que a democracia é um conceito que se propaga como forma de garantir o acesso a um direito social, como a educação, por meio de intuições privadas e aqui damos foco ao Ensino à distância. Sinalizamos que o debate da democracia no EAD está dentro da perspectiva liberal e constitui-se numa estratégia de ideologia de "suposta interiorização e massificação do ensino superior", o que desqualifica, fragiliza e segmenta as propostas de uma educação com qualidade.

Em meio ao debate da formação profissional e o Serviço Social, observamos as tendências que podem vir a favorecer uma educação precária e vinculada as

necessidades de mercado, sobre condições políticas que destoam da possibilidade de organização da classe trabalhadora, contra a construção de uma sociedade desigual e a possibilidade de emancipação dos sujeitos, concordamos com Behring e Boschetti, quando nos retratam que:

(...) Trata-se de reconhecer que a consolidação da democracia, da cidadania e das políticas sociais, como ante-sala da construção socialista, requer o fortalecimento das lutas e movimentos sociais mais gerais de defesa dos interesses das classes trabalhadoras; significa não sucumbir à visão de sociedade como conjunto de organizações não-governamentais movidas por interesses solidários gerais e pretensamente desprovidas de interesses de classes; requer ver a sociedade de como, parafraseando Marx, “teatro da história, e, portanto, preche de interesses contraditórios e forças em confronto. (Behring e Bochetti, 2009.p. 199).

Capítulo 03:

Serviço Social e a modalidade
EAD: uma aproximação a partir
dos alunos de Serviço Social

3.1. SERVIÇO SOCIAL E MODALIDADE EAD

O Serviço Social possui elementos centrais para a formação e a constituição do perfil profissional. A partir das diretrizes curriculares de 1996, que do ponto de vista da formação, reflete um dos eixos expressivos do projeto ético político profissional. A partir destas diretrizes tanto a formação como o perfil profissional dos estudantes de serviço social são pensados a partir de uma perspectiva que articula as dimensões: técnico-operativa, teórico- metodológica e ético-política. Segundo Santos,

As Diretrizes Curriculares de um curso fazem parte do projeto de formação profissional, elas indicam uma determinada forma de pensar a formação. Ela é um projeto articulado que envolve comprometimento com uma direção que tenha definido que tipo de profissional se pretende formar; para que formar; para quem formar (Santos, 2006, p.60).

As Diretrizes Curriculares são definidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS e devem passar pela aprovação do Conselho Nacional de Educação. Nessas diretrizes devem conter as estruturas curriculares do curso Serviço Social, ou seja, determinar um currículo mínimo, que seja obrigatório, independente da Instituição. Segundo Boschetti (2004)

(...) diretrizes da ABEPSS asseguram o pluralismo teórico, mas possuem uma clara orientação da formação profissional fundada na teoria social crítica de Marx e na tradição marxista, que orienta a compreensão da sociedade capitalista de modo crítico, que considera as expressões da questão social como objeto de intervenção do serviço social e o trabalho como categoria-chave para compreender as relações econômicas e sociais. (Boschetti, 2004, p.26).

As disciplinas que compõe o currículo mínimo visam possibilitar aos estudantes uma formação crítica, e que lhes capacitem para atuar frente às expressões da questão social. Todavia, o Projeto Ético Político da profissão também é um instrumento para nortear o posicionamento dos profissionais e que reflete a aproximação da categoria com o Pensamento Marxiano e a Tradição Marxista. Boschetti (2004) assinala que as diretrizes curriculares da ABEPSS “articuladas e em consonância com o código de ética profissional e com a lei de regulamentação da profissão, conformam um projeto ético-político profissional claramente comprometido com a formação e o exercício profissional crítico (...)” (Boschetti, 2004, p.24).

Nesse contexto, a formação profissional em Serviço Social– que passou por amplo processo de reestruturação – no movimento de garantir as diretrizes do projeto

ético político profissional, coloca a necessidade segundo Guerra (2012) de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada “questão social”, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica e que sejam profissionais comprometidos com os diversos elementos constitutivos de um conhecimento ético, político, técnico e teórico condizentes com o projeto profissional do Serviço Social, pois,

Ampliam-se as exigências de estratégias políticas, clareza teórica e metodológica sobre as novas expressões da questão social, sobre as respostas sociais e profissionais, sobre as condições e relações laborais, a qualificação profissional, o exercício e as ações cotidianas. (ABEPSS, 2004, p. 74).

É no âmbito das diretrizes que se expressa os avanços no entendimento da profissão e que consolidam a centralidade da categoria trabalho para pensar as relações e a profissão e as expressões da questão social para entender a própria existência da profissão.

A questão social emerge da contradição capital x trabalho, devido ao modo de produção capitalista que tem sua gênese a exploração da força de trabalho e na apropriação da riqueza socialmente produzida, ao mesmo tempo em que desvela e intensifica as desigualdades políticas, econômicas e culturais, “[...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Iamamoto e Carvalho, 2009.p. 77).

As indagações centrais que permeiam nossas reflexões acerca da percepção dos alunos na modalidade de ensino à distância, expressam-se da seguinte forma: de que forma a modalidade impacta sobre a formação profissional do Serviço Social? Os alunos conseguem identificar os limites e possibilidades desse tipo de ensino? O perfil profissional segue o que é definido pelas Diretrizes Curriculares? Como a expansão das instituições privadas vem impactando sobre a qualidade do ensino ofertada?

Nesse sentido, observamos que a modalidade de ensino a distância que é reconhecida pelo MEC, possui documentações que explicitam os quesitos necessários para compor a estrutura dos polos. Um destes documentos intitula-se “Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância¹⁸” e que, define que as instituições devem dispor sobre as instalações físicas, uma infraestrutura material, todos os materiais necessários para que o polo consiga desenvolver suas atividades (televisões, telefones, impressoras, entre outros), um corpo administrativo e também acesso a biblioteca com referências básicas de todos os cursos ofertados. Outros aspectos mencionados no documento são a concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; Sistemas de Comunicação; Material didático; Avaliação; Equipe multidisciplinar; Gestão Acadêmico-Administrativa e sustentabilidade financeira.

Sobretudo, no que tange o aprofundamento da modalidade de educação à distância e a criação do curso de Serviço Social a partir de 2006, durante o governo Lula, percebemos que o sistema EAD destoa das diretrizes curriculares de 1996 e consequentemente reflete alterações sobre os novos profissionais inseridos no mercado de trabalho. Segundo Lima (2006), esse modelo de educação é apresentado como:

1)passaporte da educação para a “globalização econômica” e a “sociedade da informação”; 2) estratégia de ampliação do acesso à educação, a partir da articulação dos conceitos de espaço, técnica e tempo; 3) uma política de “inclusão social” dos setores mais empobrecidos da sociedade; 4) uma via de internacionalização da educação superior, concebida como transferência de tecnologia produzida nos países centrais; 5) certificação em larga escala, especialmente para a formação e capacitação de professores em serviço; 6) um eixo determinante da reconfiguração do trabalho docente, indicando, inclusive, uma nova designação para o professor, que passa a ser um “facilitador”, “animador”, “tutor” ou “monitor”. (Lima, 2006.p.170).

Dessa forma, diversos são os limites impostos a este tipo de formação à distância de um modo geral e a formação em Serviço Social em particular, onde essa modalidade de ensino deve ser ofertada respeitando alguns requisitos mínimos para que esteja apto a funcionar. Todavia, percebemos que estes requisitos, tais como, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, acesso à bibliografia, realização de estágio supervisionado de modo presencial e com supervisores acadêmicos e de campo, entre outros, estão ausentes, ou de forma precária em grande parte das instituições de

¹⁸ Referenciais de Qualidade para a Educação à Distância, elabora pelo Ministério da Educação (2007).

ensino à distância. Observamos também que estes quesitos estão em favor da flexibilidade e em grande parte do tempo voltados para uma qualidade de ensino que se restringe a ser rápido e fácil, conforme expressado pelo Conselho federal de Serviço Social – CFESS, um verdadeiro *fast food*. Segundo o CRESS 17ª região, o que nós temos atualmente é

[...] a precarização do ensino, especialmente na sua forma mais perversa – o Ensino a Distância – nos tem colocado limites cada vez maiores para a implementação das Diretrizes Curriculares e conseqüentemente para a consolidação da formação profissional de qualidade. Enfim, a precarização do ensino e a proliferação dos cursos de graduação a distância apresentam-se enquanto uma ameaça ao Projeto Ético-Político construído coletivamente pelos assistentes sociais brasileiros.

De acordo com Boschetti (2008), a educação à distância padece de várias lacunas. A autora entende que o processo de credenciamento realizado por essa modalidade de ensino é superficial. Tal perspectiva encontra também acordo, em Lima (2008) quando esta ressalta que:

Aos estudantes trabalhadores que não possuem tempo disponível suficiente, e por isso, encontram dificuldades no acesso à educação pública, o governo oferece, por meio dos empresários da educação, os cursos de graduação à distância, devidamente autorizados e reconhecidos por esse mesmo governo. Para esses estudantes que não tem acesso à universidade pública e gratuita – lócus de produção e socialização do conhecimento crítico e criativo (ainda que venha sendo atingida sistematicamente pelas políticas de sucateamento implementadas pelo governo federal e, nos estados, pelos governos estaduais) – restam os cursos à distância. A realização desses cursos, vendidos pelos empresários da educação brasileira – sem política de pesquisa, sem oportunidade de vivenciar plenamente a trajetória acadêmica -, não é uma opção desses estudantes. É resultado, exatamente, da falta de opções. Expressa na política deliberada de estímulo ao empresariamento da educação superior e de desqualificação da formação profissional. (Lima, 2008.p.30).

Desse modo, a crítica em torno dessa formação aligeirada se mostra na sua incapacidade de garantir à formação profissional elementos essenciais aos profissionais. No âmbito do Serviço Social, observamos ainda a ausência da possibilidade de concretização de uma formação crítica, de estágio supervisionado, o acesso a bibliografias pertinentes as demandas do curso, além de elementos indissociáveis como ensino, pesquisa e extensão, dentre outros, que garantem a qualidade do curso.

Contra uma formação profissional minimalista e mercantilizada, reconhecemos que o tipo de profissional que se quer formar deve pautar-se em

Dimensões que para desenvolver suas potencialidades necessitam da interlocução com a teoria social crítica; da atitude investigativa e da prática da pesquisa, dos estudos avançados proporcionados pelos diferentes níveis da pós graduação, da produção de conhecimento, da apropriação dos princípios éticos; do empenho teórico prático à aproximação aos carecimentos das classes trabalhadoras; de formação qualificada, com direção social e fino acompanhamento da dinâmica societária, das necessidades sociais subjacentes às demandas profissionais, dos processos formativos e do exercício profissional. (Koike, 2009. p.17).

Levando-se em consideração a realidade da formação profissional de novos assistentes sociais em meio a tais dificuldades e um cotidiano de alienação, percebendo pois, que os processos de alienação estão relacionados a condição de assalariamento da classe trabalhadora, ressaltamos que enquanto houver esta condição, o trabalho se desenvolverá e amplificará estes processos. Nestes termos, compreendo a lógica que esta posta, procuramos compreender de fato como a modalidade EAD no Brasil tem destoadado de uma educação superior de qualidade.

Segundo documentos elaborados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social- CRESS e demais produções neste campo, podemos perceber as dificuldades de acesso às instituições e dados devido as irregularidades presentes, a inexistência de um projeto pedagógico que corresponda com as diretrizes curriculares da ABEPSS e MEC.

Observamos a partir de então, que na formação de novos assistentes sociais, que ao assumirem um Projeto Ético Político com valor central pautado na liberdade, encontram diversos limites, uma vez que a qualidade do ensino que está sendo ofertado encontrar-se em incompatibilidade com as Diretrizes Curriculares da profissão. Nesse embate, percebemos a necessidade de formar profissionais que segundo Teixeira e Braz (2009) reconheçam que:

Mesmo diante das adversidades (e até mesmo contra elas!) é que devemos reafirmar nosso projeto ético-político, pois ele fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria. Parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrenta-la com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação. (Teixeira e Braz, 2009.p. 12).

Os assistentes sociais, inseridos nesta lógica de precarização sentem as expressões deste processo na flexibilização do trabalho, na redução salarial, na exploração e em consequente na precarização do ensino em uma modalidade que se destoa das orientações pedagógicas do curso. Temos assim, a formação de novos

profissionais que irão intervir na vida de seus usuários e que por sua vez podem balizar-se em dimensões burocráticas, pragmática e apenas instrumental da profissão.

Compreendendo a totalidade do ensino à distância, percebemos que esta modalidade apesar de alinhar-se ao discurso do avanço tecnológico, tal como, melhor aproveitamento do tempo dos alunos que podem conciliar trabalho, família, e outros afazeres com a educação superior, a entendemos de forma que o seu avanço indiscriminado visa atender as demandas do capital. Concordamos com Boschetti (2007), quando ela considera que

Estamos vivendo um momento de avanço sem medida profunda e agressiva política neoliberal que identifica o mercado como portador de racionalidade sócio-política e principal promotor do bem estar e qualifica a universidade como “universidade operacional”, nos termos apontados por Marilena Chauí (2000). O resultado é uma crescente fragilização das funções precípuas da instituição universitária: a preservação e a transmissão do patrimônio científico e cultural acumulado, a produção de novos conhecimentos e tecnologias, a criação artística e cultural, contribuindo para a crítica e renovação da vida cultural, o que não pode ser reduzido a uma lógica contábil e quantitativa e uma perda crescente de qualidade. (Boschetti, 2007.p.5)

Portanto, em meio à intencionalidade de superação desta ordem do capital, se faz necessário propor alternativas através de desdobramentos políticos, ideológicos e teóricos que possibilitem romper com a propagação de uma educação com baixa qualidade que terá desdobramentos futuros. Em acordo, Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, lançou a campanha “Educação não é *fast food*”¹⁹, contra a modalidade de ensino a distância no Serviço Social. Vale, sobretudo, lembrar que esta campanha vem sofrendo um processo de censura por parte do empresariado, o que fere o princípio constitucional de liberdade de expressão.

A campanha está em defesa da incompatibilidade do ensino à distância com a formação em Serviço Social, com argumentos pautados na forma como ele se dá em nosso país. Em acordo, o conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENSSO também tem se posicionado claramente contra a educação à distância, questionando a formação e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético-Político. Nestes termos, o CFESS ressalta que

¹⁹ A campanha foi impedida por meio judicial de ser veiculada por uma liminar concedida pela 8ª Vara da Subseção Judiciária de Campinas (SP), com alegações sobre o caráter pejorativo e crítico da campanha, que expõem alunos do ensino à distância.

Ainda que tenhamos clareza de que os processos de precarização da educação também atingem os cursos presenciais, há nichos de resistências. É possível detectar esforços de professores/as e de alunos/as nesses espaços para assegurarem a materialização da formação profissional com qualidade. Na graduação a distância, centrada no ensino virtual ou mediado por mídias, essa condição é inviabilizada, diante da atomização das telessalas e polos, das vivências individuais do processo de ensino-aprendizagem, que não possibilitam as práticas organizativas e coletivas dos/as estudantes e dos/as trabalhadores/as envolvidos/as. (CFESS, 2011).

Portanto, percebendo as contradições existentes sobre os discursos apresentados para a manutenção e crescimento das instituições de ensino à distância com o curso de Serviço Social, o CFESS apresenta diversos argumentos sobre os limites apresentados por essa modalidade de ensino e que corroboram para o direcionamento de uma formação que destoa das proposições aderidas pela categoria e trazem inquietações para estes profissionais.

Tais cursos, direcionados para os interesses de mercado, não asseguram os compromissos e princípios da educação superior como direito de todos/as e como dever do Estado. Não garantem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, indispensável à formação na perspectiva de totalidade de um/a profissional. Esses cursos de graduação à distância inviabilizam o processo formativo básico na perspectiva de totalidade e criticidade na apreensão da realidade. Desvirtuam o acesso à bibliografia adequada às exigências curriculares e à realização do estágio supervisionado, de modo presencial e com acompanhamento dos/as supervisores/as acadêmico/a e de campo. Além disso, negam a realização da pesquisa e da investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo da graduação. (CFESS, 2011)

Nesse sentido, as dificuldades de assegurar um ensino superior com qualidade e em consequente resposta as demandas profissionais que devem materializar-se no contexto atual, nos cabe buscar compreender os limites e possibilidades postos a uma formação profissional deficitária, e que situa frente a desafios para consolidação do projeto ético-político da profissão. Dessa forma, concordamos com Iamamoto (1998):

A preocupação [...] é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais. (Iamamoto, 1998.p. 168).

3.2. PERFIL DISCENTE E A PERCEPÇÃO SOBRE EAD A PARTIR DOS ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL DESTA MODALIDADE NO DISTRITO FEDERAL

Numa tendência geral do debate que viemos fazendo, vamos demarcar alguns elementos do ensino à distância, retomando que a pesquisa foi realizada nos polos da ANHANGUERA, UNOPAR E UNISA, que estão localizados respectivamente em Sobradinho, Asa Norte (Brasília) e Planaltina. Destacamos que os polos tendem a crescer exponencialmente e localizar-se em pontos estratégicos para atingir um público alvo, conforme dados que seguirão abaixo.

O ingresso nessas instituições se dá através de uma prova objetiva e uma prova discursiva, porém, como nível muito maior de facilidade do que em universidades públicas, o que é um dado para o maior número de ingresso de estudantes nessa modalidade. Nos polos visitados, o ensino é telepresencial, onde há associação de atividades presenciais e à distância.

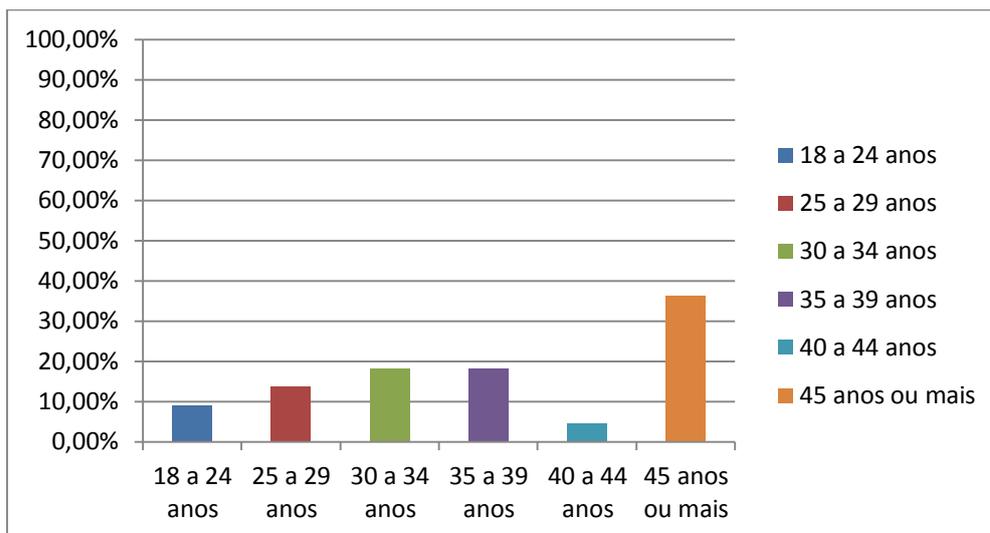
Dessa forma, traçamos uma base de análise sobre o perfil dos alunos, como dado referente a estruturação local da pesquisa, no intento de viabilizar um panorama atual e tecer argumentos sobre a realidade desses estudantes. Demais questões também foram feitas e abordaram a descrição dos sujeitos sobre o que tange a compreensão sobre o que é Serviço Social, se o ensino é democrático, por que optar pelo ensino à distância e como é feita a avaliação desta modalidade, a partir de suas vivências práticas.

Partindo desse pressuposto, pudemos constatar nos polos visitados que os alunos de Serviço Social, dentro do universo de 22 alunos, 3 alunos possuem entre 18 a 24 anos, 3 alunos entre 25 a 29 anos, 4 alunos entre 30 a 34 anos, 2 alunos entre 40 a 44 anos e 10 alunos com 45 anos ou mais. Dessa forma, infere-se que grande parte dos alunos tem acima dos 30 anos. Dentro da dimensão dos segmentos buscados pelo EAD, percebemos que as pessoas que já possuem um nível elevado de idade, ou seja, as pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior.

Ainda sob a análise do perfil dos estudantes na modalidade à distância no Distrito Federal, verifica-se que 60% desses alunos são nascidos em Brasília; tem pelo menos 1 filho; são casados e moram com o cônjuge e filhos; declaram-se brancos e

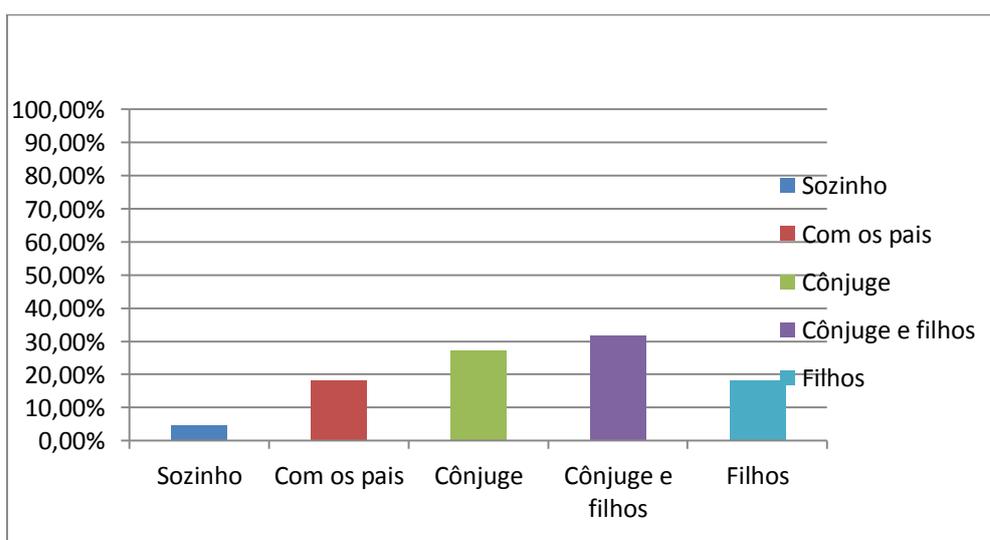
pardos e são majoritariamente heterossexuais. O que corrobora com a compreensão de que o modelo de família composta de pai, mãe e filhos, seguindo o modelo patriarcal ainda é muito presente em nossa sociedade. Conforme dados convertidos em porcentagem que seguem abaixo facilitam a visualização do descrito anteriormente:

Gráfico 01 – Faixa Etária



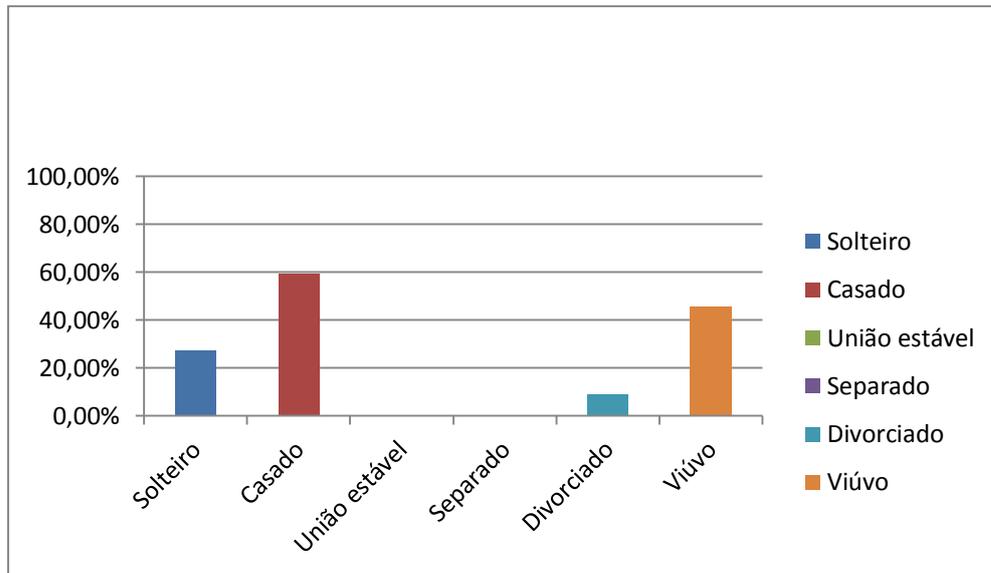
Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

Gráfico 02- Moradia



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

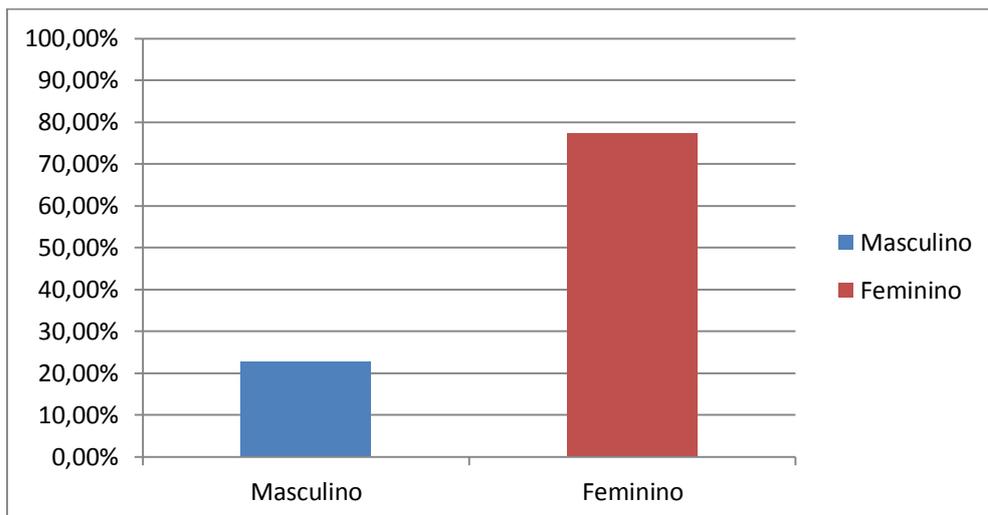
Gráfico 03- Situação conjugal



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

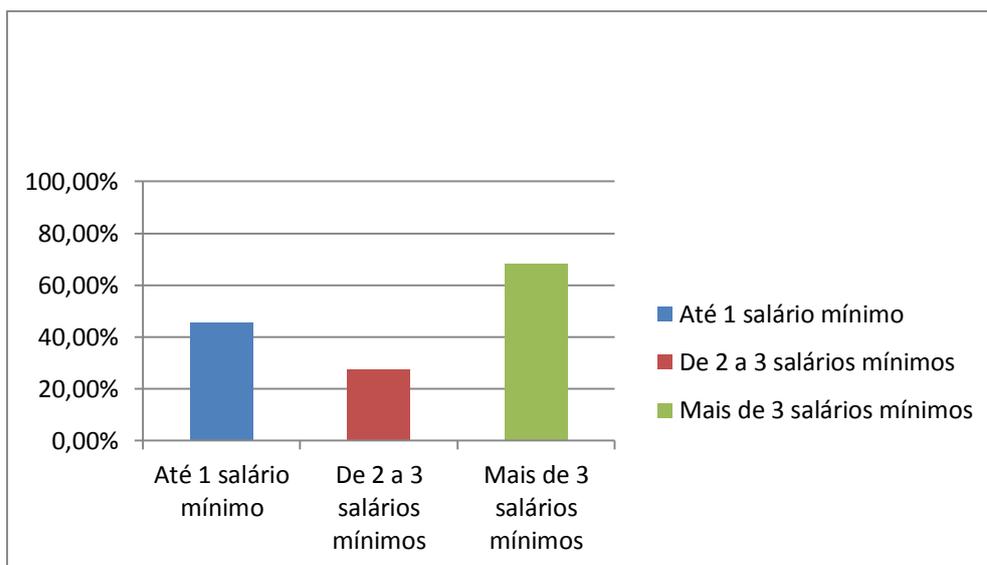
Outro aspecto notório que pudemos comprovar é a feminização da profissão, onde 17 dos 22 entrevistados são do sexo feminino, em contraponto a 5 do sexo masculino. De fato, esses dados nos levam a indagações sobre os espaços ocupados pelas mulheres nesse sistema.

Gráfico 04- Sexo



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

Gráfico 05- Renda familiar



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

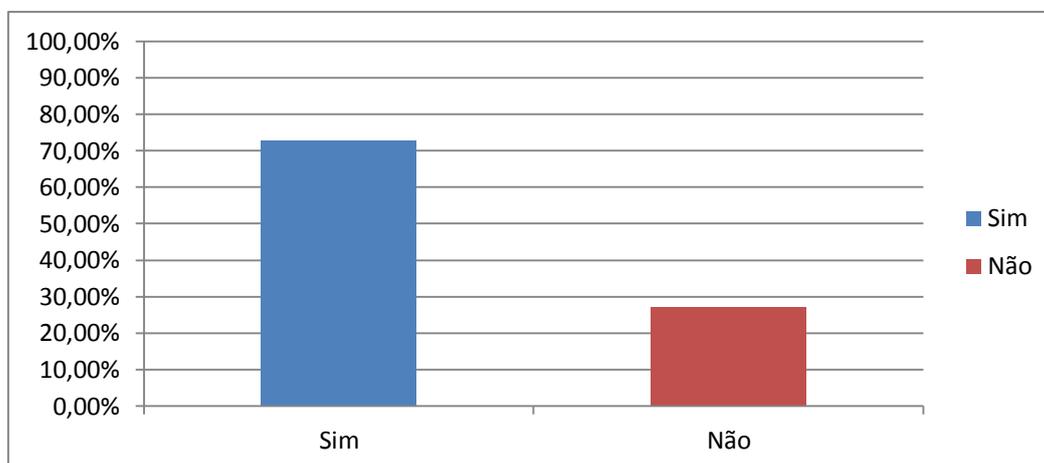
No que diz respeito à renda familiar, os alunos declaram em sua maioria (15 alunos) receber mais de 3 salários mínimos; 6 alunos recebem de 2 a 3 salários mínimos e apenas 1 aluno declara receber até 1 salário mínimo. Associamos o aumento relativo da renda familiar, ao fato que grande parte desses alunos (72%) são trabalhadores, declaram trabalhar próximo a sua residência e estão inseridos nas mais diversas profissões, tais como: agente social, conselheiro (a) tutelar, bancário (a), estagiário (a), servidor (a) público, assistente administrativo, auxiliar de dentista, atendente comercial, designer gráfico, recepcionista, cabelereira, professor, call center, e Digitador(a). Um dado notório se dá na quantidade de servidores públicos, que não desejam seguir a profissão, mas visam incremento salarial com a obtenção de um curso superior.

Através dos dados coletados sobre as inserções laborativas e a faixa salarial, sobre a necessidade e argumentação de custear gastos familiares, percebemos que dentro do processo de privatização, as instituições privadas de ensino presencial têm uma valoração de mercado e a EAD tem outra, o que corrobora para o aumento ainda crescente de ingressos de alunos nessa modalidade. Vale destacar a fala do (a) estudante:

“[...] Não é viável a todas as pessoas, primeiro porque não é grátis né? Tem o pagamento que até hoje tem gente que não consegue pagar, não é tão baratinho, porque eu estou aqui duas vezes por semana e pago

350 por mês. Porque tem faculdade que você paga 1000 reais, mas você está todos os dias lá né? Tem a questão do material que às vezes nessa faculdade não chega, tem um monte de aspectos sabe?”. (Estudante 12).

Gráfico 06- Atividade laboral



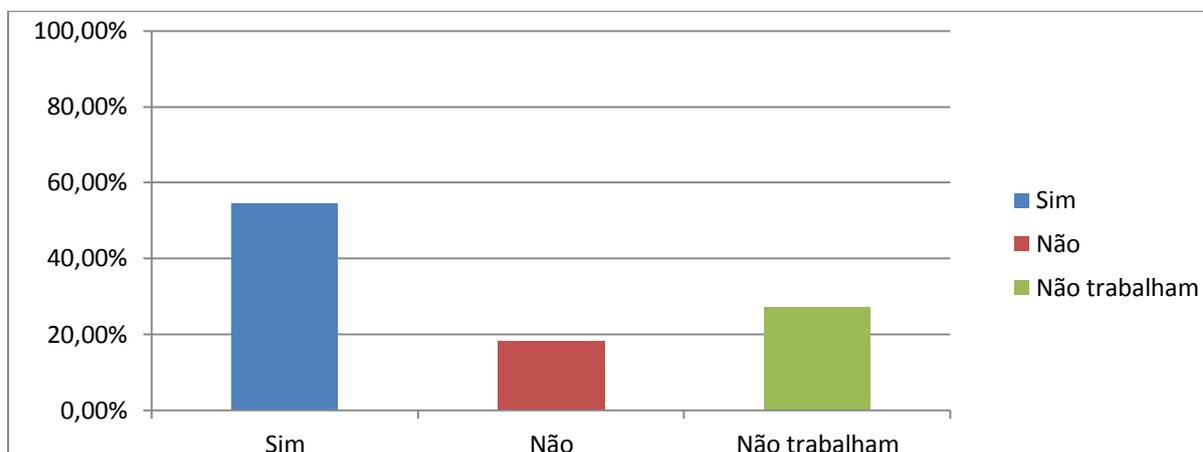
Fonte: Pesquisa direta realizada com os alunos da modalidade EAD, 2013.

Tabela 01- Atividade Profissional dos alunos de EAD

PROFISSÕES	QUANTIDADE DE ESTUDANTES
Conselheiro tutelar	01
Bancário (a)	01
Servidor (a) Público	04
Assistente administrativo	01
Auxiliar de dentista	01
Designer gráfico	01
Cabelereiro(a)	01
Digitador	01
Atendente comercial	01
Call center	01
Recepcionista	01
Agente social	01
Aposentados (as)	02

Não exercem nenhuma atividade laboral	05
TOTAL	22

Gráfico 07- Local de trabalho próximo da residência



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

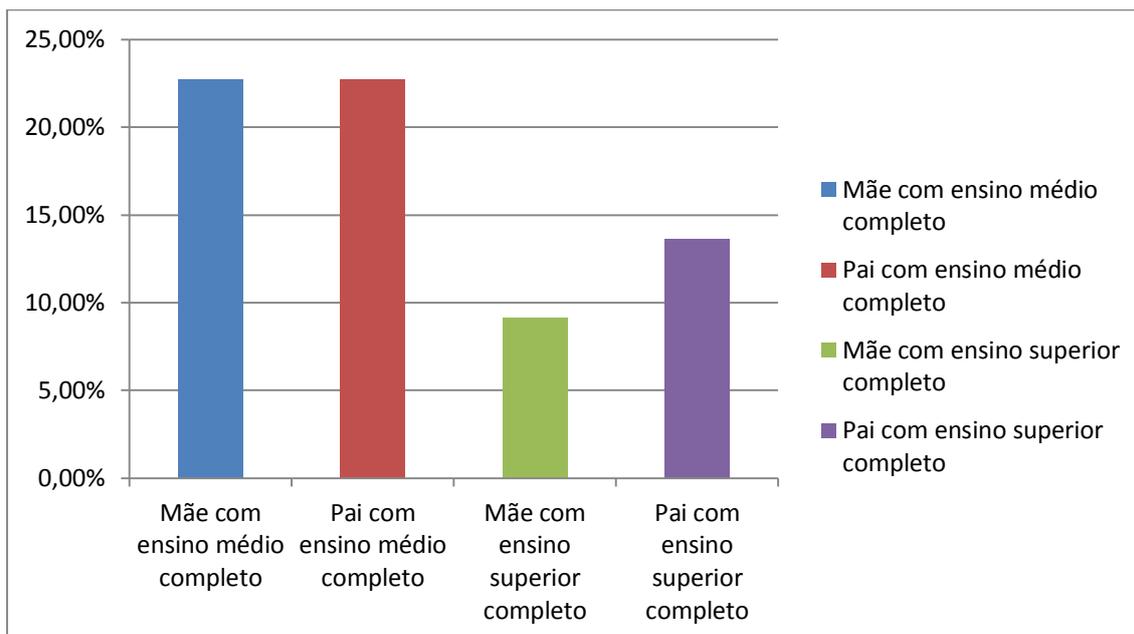
Sobretudo no que tange à formação dos pais, apenas 22% entre pais e mães possuem ensino superior. Enquanto 77 % não possuem ensino médio completo. A diferença entre o grau de escolaridade reflete ainda que sucintamente, a emancipação feminina, de forma que, estas passam a ocupar espaços anteriormente pertencentes aos homens e contribuir para prover o sustento familiar, embora mesmo que ainda estudem mais, os salários continuam inferiores ao dos homens, o que ainda requer a desconstrução das desigualdades nessa sociedade.

Apesar de no gráfico 04 destacarmos a feminização da profissão e percebermos que o Serviço Social é uma profissão de mulheres devido à concepção e atribuição de algumas características tidas como ‘inatas’ a elas, tais como o consenso e o apaziguamento, o fato desse seguimento entrar no mercado de trabalho e ter a possibilidade de estudar, não elimina esse papel, essa percepção, ou seja, tanto o mercado de trabalho, como a inserção da mulher nessa lógica se dá em uma dupla movimentação: cuidar de casa, dos filhos ao mesmo tempo em que trabalha.

Esse paradoxo descrito anteriormente acontece, pois o capital funcionalizou a força de trabalho feminino sobre argumentos da inteligência emocional, para requalificação profissional, onde se busca o perfil das mulheres para inserção

determinados postos. Ressaltamos que a questão de gênero não se elimina com a entrada no mercado de trabalho, ou seja, sobre o ponto de vista da sociabilidade não consegue derrubar ou destituir determinados valores construídos sobre o papel feminino.

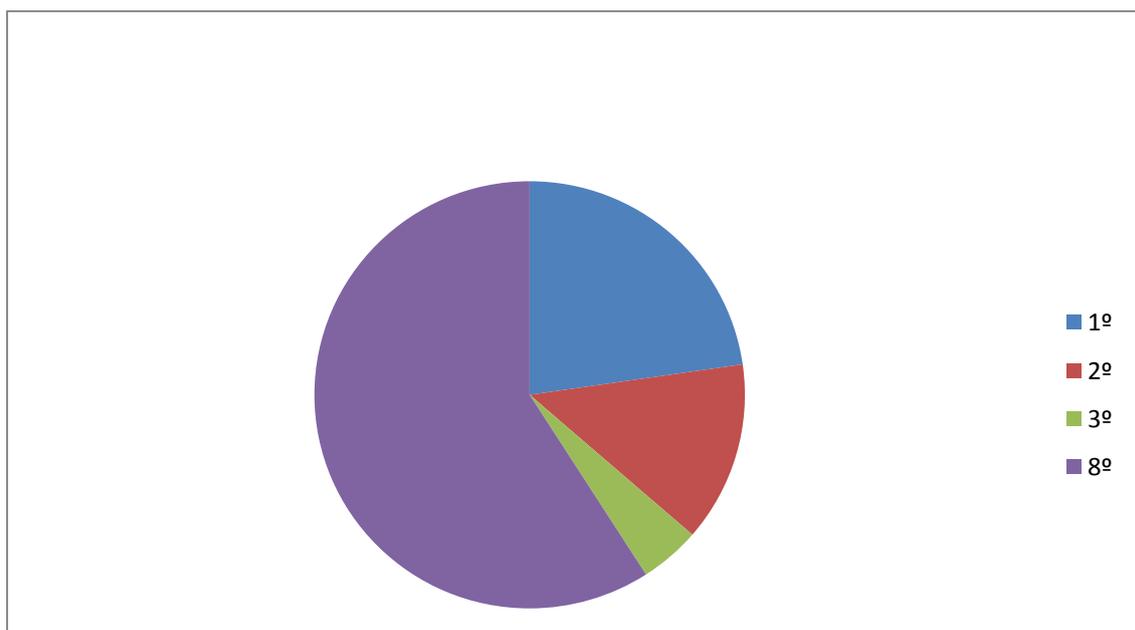
Gráfico 08 - Formação dos Pais



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

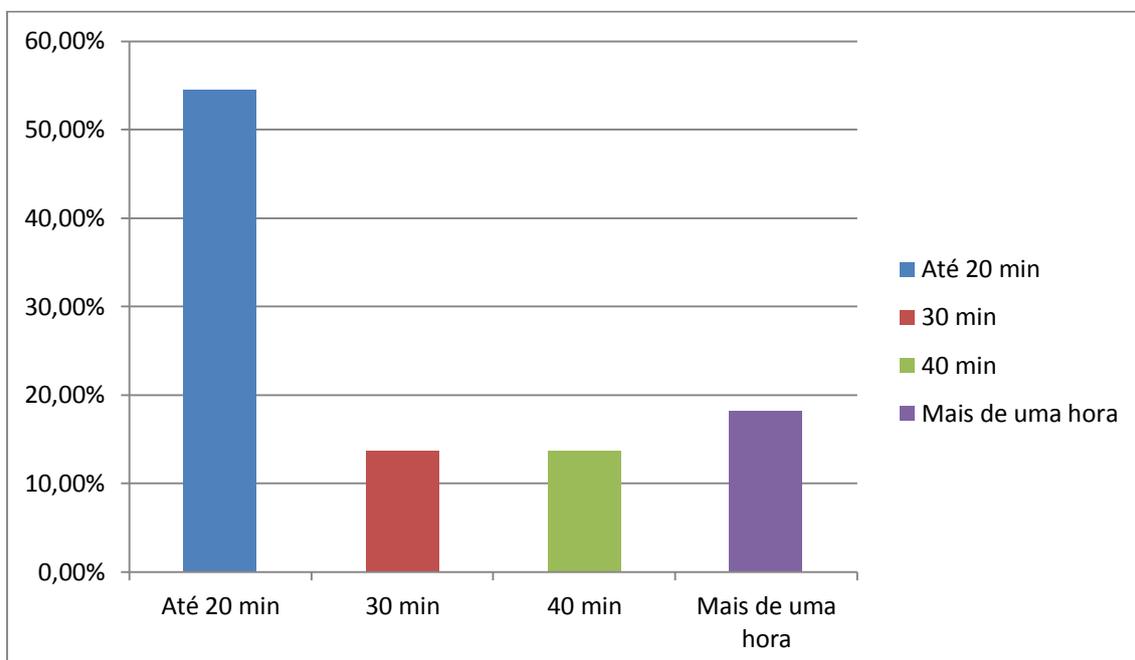
Os alunos entrevistados então cursando entre o 1º e 8º semestre e declaram não demorar em chegar até o polo, onde 12 pessoas demoram cerca de 20 minutos, 3 pessoas 30 minutos, 3 pessoas 40 minutos e 4 demoram mais que uma hora. Isso reflete a lógica da interiorização, onde, os polos são próximos e bem localizados, mas se utilizam estruturas já existentes que não são comuns para essa vinculação. Identificamos que uma instituição se situa dentro de um prédio comercial, outra dentro de uma escola onde funciona ensino fundamental e o ambiente é pouco propício, com reclamações sobre a gerência de documentos dos alunos em um espaço inadequado para as duas instituições que funcionam simultaneamente; e apenas um polo possui uma estrutura própria. Portanto, dentro das dimensões mercadológicas, isso explica o porquê tem-se uma facilidade de chegar nesses locais.

Gráfico 09- Semestre



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

Gráfico 10- Tempo de transporte público



Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

Em uma análise das respostas dos alunos, quando indagados sobre a escolha do curso de Serviço Social, observamos que as escolhas são as mais diversas.

Tabela 02- Escolha pelo curso de Serviço Social

Escolha pelo curso	Quantidade de estudantes
Sonho em cursar uma graduação	02
Bolsa universitária	03
Segunda graduação	02
Identificação com o curso segundo a imagem que tem da profissão (ajuda ao próximo, caridade, assistencialismo).	04
Ter um diploma de curso de nível superior	07
Trabalha em instituição religiosa/ religião	03
Por estar na área de humanas	01

Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013

O que se materializa é que independente do curso, o que os alunos querem é uma vinculação a um nível superior, ligados a características dessa modalidade. Dessa forma, isso mostra outra face do processo de precarização, a banalização do ensino superior na venda de diplomas, sobre a disseminação de uma ideologia de ensino fácil que tem um retorno lucrativo, para quem paga.

Tais fatos apontam para o que Moura (2010) em referência à Iamamoto (2008) assinala para “mística de servir, da ajuda guiada por valores nobres e altruístas, de caráter não utilitário; não desprezível é a configuração da procura da profissão como “setor de refugio”, em face de outras alternativas de escolhas [...]” (Moura, 2010.p.66)

Em pergunta complementar, questionamos a respeito da escolha do Serviço Social na modalidade de ensino a distância. Aqui seguem alguns argumentos:

“Também não optei por fazer à distância, mas eu consegui a bolsa que era à distância, **mas eu prefiro o presencial.**” (Estudante 2-grifos nossos)

“Por comodidade. Porque eu não estava muito a fim de ficar **frequentando aula né?** Ir para faculdade toda noite. Mas eu me dei mal sabia? A gente estuda muito, agente estuda demais.” (Estudante 4-grifos nossos)

“Então, como eu já respondi na questão anterior **pela questão do tempo né? Que acaba sendo uma ilusão né?** Porque a gente acredita que quando a gente vai fazer um curso à distância o trabalho vai ser menor, essas coisas e acaba que não. Mas a principio foi isso, a questão do tempo, a comodidade de poder vir na universidade só uma vez por semana né? E a outras coisas a gente *ta* podendo fazer em casa né? Essas coisas... E também por que assim, no meu ponto de vista o que hoje um curso presencial, não em caso da universidade pública, mas um curso presencial hoje é eu pagar para olhar para o professor né? Isso é minha opinião só. Então aqui eu pago né? Na verdade para ter conteúdo, não para ficar olhando para um professor...” (Estudante 7- grifos nossos)

“**Pela praticidade mesmo**, e também hoje em dia não tem mais isso, a faculdade EAD se você for a fundo mesmo a tudo que eles pedem, não perde para outra faculdade não, a não ser para UnB, porque a UnB é top, mas para outras que tem por ai, não.” (Estudante 12- grifos nossos).

“Porque à distância embora você estude mais sozinho e tenha que fazer mais coisas sozinho, **você não tem que estar todos os dias sentado em um banco de faculdade**. Pra mim que trabalho todos os dias é cansativo estar todo dia na faculdade e eu já fiz um curso superior todo dia, então eu tenho como mensurar a diferença. Sou formada em pedagogia e história.” (Estudante 13- grifos nossos)

“Porque presencial **eu não ia ter como ir todos os dias porque eu tenho dois filhos. Mas também tem a renda, é mais caro o presencial**. Se eu fosse tentar vestibular pra mim entrar na UnB ou federal né? Ia demorar muito, porque é muito concorrido. Como eu estou nessa idade eu vou ir para à distância mesmo.” (Estudante 15- grifos nossos)

Percebemos que a questão do tempo e a praticidade estão como pontos centrais para a escolha do curso na modalidade à distância. Todavia, observamos também a estreita ligação existente entre o perfil desses alunos, conforme descrito anteriormente, onde em sua maioria possuem filhos, estão casados e trabalham, havendo uma necessidade evidente de conciliar estes fatores e ainda custear o preço de uma graduação. Um aspecto que nos chama atenção, é que os alunos mesmo inseridos na lógica da precarização do tipo de ensino ofertado, esperam que por ser na modalidade a distância seja mais fácil.

A dimensão da lógica de aligeiramento que também permeia a visão e senso comum na sociabilidade hoje, reflete o que discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, onde há um rompimento na base social do próprio entendimento de educar-se, o que é o questionamento central da campanha do CFESS (*fast food*) – você paga, consome rápido, mas nada lhe é acrescentado. Ou seja:

“os processos educativos e formativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais (...), passam por uma ressignificação no campo das concepções e das políticas. Estreitam-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade.” (Frigotto, 1998. p.14).

Vários alunos apontam a dificuldade de ter acesso às universidades públicas. Há uma lógica de deslocamento do direito para prestação de um serviço, que deixa claro a relação entre a reforma do estado sobre a privatização da educação e o enaltecimento do público em detrimento do privado.

Desse dado, inferimos que o espaço da universidade ainda é restrito e de privilégio as elites brasileiras e, sobretudo no que tange à modalidade de ensino à distância no curso de Serviço Social, há um público no qual as instituições particulares estão atingindo progressivamente, a partir do discurso do acesso democrático ao ensino, que destoa de uma formação pública, gratuita e com qualidade.

Ao serem indagados se sentem preparados para exercerem a profissão, as respostas são destoantes. Alguns afirmam que não se sentem preparados:

“Preparada eu ainda não estou, né? Mas pretendo me preparar, por isso que estou nessa batalha, porque é uma batalha né? E por isso estou nela, porque eu quero me preparar entendeu? Meu objetivo é esse, me preparar. Eu estou engatinhando, mas tem muita estrada, mas eu pretendo estar preparada para exercer essa minha profissão.” (Estudante 1)

Outros relatam a preparação por meio de experiência anterior, mas não pela preparação que o curso oferece:

“Pelo que o curso oferece não, mas agora pelo que eu tenho de experiência no serviço sim. A formação é muito superficial, muito teórico, fala muita coisa antiga, tem que atualizar né? Ah, tem muita retórica, tinha que mostrar a coisa mais na prática né?” (Estudante 3).

Eu acho que eu vou porque... eu acho pela minha idade, pela minha experiência de vida né? Então eu acredito que sim. Pela minha experiência de vida porque eu vou buscar né? Eu vou a luta e vou correr atrás né? Agora por questões profissionais não. Porque isso não me interessa, mas eu acredito que vou sair daqui uma assistente social preparada para enfrentar, se fosse preciso um mercado de trabalho. (Estudante 4).

Sim, acho que sim, acho que sim. Porque é como eu te disse né? Primeiro porque eu já caminho, já trilho isso ai, minha ideia era

aprimorar conhecimento. Preparado, preparado ninguém está nunca, né? Mas em termos de conteúdo de aprendizado, do que foi me oferecido no curso sim, né? Até porque como eu te disse passei num concurso, se eu passei é porque estou dentro de um nível né? Eu penso que sim, o **ENADE que vai dizer né? Eu vou pro ENADE né? É o ENADE que vai dizer ai, né?** Inclusive, eu não tenho certeza absoluta, mas parece-me que o primeiro lugar no Serviço Social no penúltimo ENADE foi da Anhanguera, eles até deram uma viagem pra china para ele passar vinte dias como estímulo, né? Comecei até a estudar depois disso, né? (risos). (Estudante 13- grifos nossos).

Sim. Porque eu estou já vai fazer dois anos que estou fazendo estágio no CRAS de contrato pela SEDEST. É um estágio de 400 horas, eu já fiz as 400 horas, mas como peguei o contrato de dois anos então eu estou indo para finalizar. Então assim, eu já faço auxílios, palestra sobre o bolsa família, sobre vulnerabilidade, já fiz cadastro único, eu entro e tenho acesso aos instrumentos que o assistente social precisa. Então assim, eu tenho acesso a todos eles, não com a minha senha porque eu ainda não tenho minha senha de registro, mas com a senha da outra assistente social de lá. **Então eu faço os relatórios, entrevista técnica, visita, vejo até aonde o usuário esta necessitando, eu faço encaminhamento para Casa do Ceará, então eu já tô exercendo, eu exerço a função, eu só não assino porque não posso assinar. Faço reunião, faço entrevista, mas quando eu dou o parecer ela que assina tudo, entendeu?** Hoje em dia ela já me deixa só, já faço reunião só, faço entrevista só, já apresento só, já converso com o usuário, já vejo a dificuldade dele, a necessidade dele, até aonde se enquadra no perfil vulnerável e já converso com ela e ela já confia... (Estudante 15-grifos nossos).

Alguns fazem referência ao estágio como única forma de aprendizado:

Tô... tô. Hoje eu sinto. O estágio me ajudou nisso, muito. Eu estagiei no hospital que eu trabalho, eu comecei como estagiaria, se eu tive uma oportunidade profissional lá, foi porque comecei como estagiaria, não conclui o meu estágio era remunerado e já fui para um setor e fui contratada e vou ficar até o término agora só e já tenho outras propostas em área de gestão, mas quem me abriu as portas foi o serviço social. **As pessoas me vem lá dentro como uma profissional de serviço social, mesmo trabalhando. Eu trabalho na recepção, mas eu trabalho com mediação de conflito.** O meu cargo que eu exerço não tem nada a ver com o que eu faço, porque não tinha outra forma de me contratar. Então eu trabalho com mediação o tempo todo é o que eu faço. Então por ter essa oportunidade eu já me vejo preparada. (Estudante 5 - grifos nossos)

Sim. Porque eu graças a Deus eu consegui um campo de estágio muito bom com profissionais excelentes. Antes de eu fazer o estágio não, quando eu cheguei no estágio eu falei: eu não sei nada, estou completamente perdida. Mas graças a Deus né? A assistente social com quem eu fui trabalhar, e eu consegui um campo de estágio dentro da área que eu pretendo trabalhar que é com crianças e adolescentes

então assim, acrescentou a minha profissão, eu tive muitas experiências na prática, nos órgãos, nos conselhos, na vara da infância, defensoria, promotoria, secretarias, conheci as pessoas que trabalham lá, tive contato direto com elas, tive oportunidade de fazer relatório junto, fazer ofício junto, fazer tudo que uma profissional precisa fazer. Então hoje eu considero sim que estou preparada. (Estudante 18).

Eu acho que tô (risos). Boa pergunta. Porque eu acho que você não pode assim... Como eu tenho uma teoria mais ou menos, vamos dizer assim, não é boa, mas eu tenho né? E assim, como no estagio eu tive um embasamento muito bom, eu acredito se chegar lá vou apanhar um bocado no começo que eu acho que é natural, mas depois vou desenrolar. (Estudante 20).

Outros ainda demonstram insegurança e pouca perspectiva para atuar:

Olha, nem preparado como deveria e nem, e nem... ai, não é falar que não querendo, mas não preparado e não interessado em exercer. Exatamente por isso, o desencanto foi muito grande, pela formação como um todo. Aproveitar o que deu para aproveitar, sei que não vou poder usar meu diploma para outra coisa, pra muita coisa na verdade. E, no entanto quando eu entrei, quando as coisas foram acontecendo eu desenvolvi um outro método de encarar as coisas. Vou usar isso aqui talvez para prestar um concurso ai, mas não tenho interesse em prestar concurso na área, ou seja, eu sou uma pessoal completamente radical em questão ao curso. (Estudante 7)

Ainda falta um pouquinho pra mim terminar o curso, mas eu acho que tô. E eu quero ir lá e falar eu tenho essa ideia, eu vivi isso e quero trazer pra cá, quero intervir dessa, ou daquela forma. Acho que ali eu posso fazer isso. Nesse contexto eu acho que tô sim preparada.

Então, eu assim... Às vezes eu fico com medo porque a faculdade não mostra o que é a realidade mesmo, o que faz lá fora. Acho que a gente vai aprender na prática, entendeu? No meu campo de estagio a gente não tem um conhecimento amplo do que é a profissão. Eu acho que as aulas poderiam voltar mais assim um exemplo, de uma assistente social na área da saúde, o que é um assistente social num CRAS, onde tem um trabalho mais amplo, eu acho que deveria voltar mais no que é mesmo, para gente tá preparado. Eu acho que tô um pouco preparada, um pouco... (Estudante 21).

A realidade apresentada por esses alunos refletem o conjunto de preocupações dos profissionais e uma formação profissional que não possibilita a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade, nem ao menos, a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, conforme proposto pelo currículo mínimo definido pela ABEPSS.

Apesar de todas as críticas os alunos incorporam a ideologia de ser um serviço de qualidade porque os mesmos tem acesso nas condições de vida que lhes são palpáveis. Dessa forma, eles se deslocam de uma concepção de educação mais geral, tornando visível uma contradição em relação a formação que lhe é dada.

Sobre a modalidade EAD ser ou não democrática, obtivemos respostas que muito fugiam da concepção de democracia adotada pela profissão, conforme descrevemos no capítulo anterior. Em “Carta Aberta aos Estudantes e Trabalhadores dos Cursos de Graduação a Distância em Serviço Social no Brasil”, CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO (2009) concordamos com a seguinte afirmação:

A política em curso não significa democratização do acesso ao ensino superior, mas a reprodução de informações recolhidas de forma fragmentada da bibliografia da profissão e transmitidas através de apostilas e manuais de baixa qualidade que não observam a perspectiva de totalidade e criticidade, comprometendo a formação profissional e o atendimento à população brasileira. (2009.p. 04).

Portanto, observamos que os alunos, em sua maioria, expressam nas suas falas a concepção neoliberal de educação numa consonância com o proposto pela ideologia das instituições privadas quando questionados da seguinte forma: Você considera ou não democrático o ensino na modalidade EAD?

“Considero. Essa foi a possibilidade pelo menos pra mim entendeu? Porque formei todos os meus filhos e agora é um sonho de fazer um curso de nível superior, foi a forma que eu achei melhor pra mim fazer.” (Estudante 1).

“A, com certeza, com certeza. Pra quem não consegue ir para uma faculdade pública, ou pagar uma faculdade um pouquinho mais cara, para quem também não tem tempo, pra quem trabalha em horários totalmente contrários, quem mora longe, então democratiza sim. É o ‘x’ dela eu acho que é esse.” (Estudante 5)

“Acredito que sim. Por que assim, igual eu te falei, no meu caso eu tive que optar por essa opção porque não tinha presencial e isso acontece em grande parte do Brasil, a maioria é.. se você for em parte do nordeste, não existe praticamente faculdades presenciais em todas as localidades. Tem pessoas que tem que percorrer uma distancia muito grande, pra ir a uma (faculdade) à distância, é uma faculdade a distância, não é nem presencial. É um meio assim que tá levando a universidade para todos, até pela questão também do custo, de ser mais barato, mais em conta, então acredito eu que essa é a forma de democratizar.” (Estudante 6).

“Bom, democrático só se for falar na questão financeira, só. Porque tem um valor mais baixo só por isso. Porque é.. você tem um custo com equipamento, você tem um custo com toda essa questão

tecnológica que você tem que ter em casa, você tem que ter internet, você tem que um custo com material muito grande, porque a biblioteca não proporciona conteúdo, o acervo da biblioteca é péssimo, você acaba tendo um custo muito grande, em buscas de referências, essas coisas, assim... acaba que sai pela mesma coisa, sai pela mesma coisa. Então assim, na minha avaliação esse quesito é bem negativo. Acho que até agora não falei nada positivo, mas é porque eu sou bem radical mesmo aqui na turma, o pessoal fala que eu sou bem crítico. Porque o seguinte, quando eu entrei eu imaginei uma coisa né? Inclusive até pensei em desistir, só que assim, eu pensei em desistir já estava no quarto semestre, então eu pensei: poxa se eu voltar atrás eu vou *ta* dando um passo né? muito ruim. Então mesmo com toda essa dificuldade, conteúdo, conhecimento nunca é demais. Então assim, mesmo que sendo difícil você conseguir, ser trabalhoso, a insatisfação ser grande, vale a pena você correr atrás e colher o maior número de frutos que você conseguir disso tudo. Já está aqui dentro, já está investindo dinheiro, tempo, tudo isso, então aproveita o que der para aproveitar. Assim vai... eu não posso falar que a universidade é boa, essas coisas, você vai encontrar pessoas aqui que falem coisa muito boa, mas eu não consegui ver isso, não indico pra ninguém, pra ninguém que queira fazer: ah tenho pressa, se tem pressa não faz, não faz nada então. Então assim, eu não indico para ninguém.” (Estudante 7).

“Com certeza. Eu acho que essa é bem a definição de democratização né? É você alcançar o máximo de gente possível, lógico visando a qualidade. Eu *tava* pensando que esse modelo de ensino prioriza a qualidade a partir do ponto que as pessoas que estão dando aula para a gente não são quaisquer professores, com *quaisquer* graduação. Como eles estão mexendo com muita gente de uma vez, eles são extremamente graduados, muitos dos trabalhos que a gente trabalha, é... que a gente estuda, as vezes são publicações deles mesmos, então nesse sentido é ótimo e tem até um tempo razoável de resposta porque é online e você pergunta e essa pergunta chega e responde no momento da aula, então mesmo tendo muita gente, tem essa assessoria de tutores virtuais dentro de sala e o que está dando aula.” (Estudante 8).

“Considero. Acho que é bastante democrático. É extremamente acessível no preço, é acessível principalmente... não sei se todos, mas essa modalidade de ensino ela oferece bastante material por exemplo, eles vendem a preço de mercado. Eles vendem com 80 por cento de desconto, um material que você compra aqui, que você consegue comprar da Iamamoto de 15 reais né? Lá é por 50, 60 reais. Então assim, no meu caso nós temos, fazemos parte de um projeto que a gente ganha os livros, então todos os livros que eu tive no curso eu ganhei e como eu tenho colegas que fazem a faculdade de Serviço Social em outros locais, na UnB, na Católica, a gente faz... Eu sempre traço uns comparativos com eles, a gente estuda juntos e tem um material assim para trocar e eu vejo que o material é o mesmo, a bibliografia básica é a mesma, muda uma coisa ou outra porque isso depende da universidade, mas a linha é bastante parecida e assim eu gosto. (Estudante 13- grifos nossos)

A ideia de democracia está restrita a ideologia de consumo de uma mercadoria como outra qualquer por um preço acessível. O entendimento de democratização se consubstanciou para esse segmento da pesquisa em relação ao custo/ benefício. Nestes termos, observamos que nos novos processos hegemônicos no capitalismo brasileiro, o aluno se transforma em “cidadão- consumidor”.

Em consonância, a análise das respostas dos alunos de 8º semestre, sobre o que é Serviço Social com os conhecimentos adquiridos durante o curso, fica evidente o baixo nível de embasamento teórico e uma formação comprometida. Questionamo-nos se estes alunos obtiveram uma formação sólida e que os tornem aptos a exercer a profissão. Portanto, percebemos o distanciamento que há sobre o processo de formação condizente com as diretrizes curriculares e oferecido por estas instituições:

“É um **vinculo**. Olha o assistente social é um vinculo da comunidade com o local que ele está. Não digo como um todo porque cada um *ta* ali numa área, mas ele é um vinculo que a pessoa tem. Hoje eu considero isso, o Serviço Social é um vinculo, **é a boca da sociedade em algum lugar**. Ah não consigo resolver tal problema, mas tem um assistente social aqui, opa! Vou lá. Porque ele é que consegue direcionar as pessoas porque ele é preparado para isso.” (Estudante 5- Grifos nossos)

“Caridade não é né? Isso a gente já aprendeu desde lá do primeiro semestre, mas o Serviço Social **é um trabalho árduo**, você tem que gostar de pessoas, e trabalhar para pessoas né? Ser uma coisa muito gestada, ou seja, diretamente para pessoas e tentar gostar de pessoas para tentar trabalhar com eles.” (Estudante 11- Grifos nossos).

“Mudou a minha visão da mocinha boazinha que dava pratinho de comida, que calçava o sapatinho, embora, não fosse nem... É aquela histórica: pé de pobre não tem tamanho e pobre não tem gosto. Então isso completamente mudou, porque precisa sim, inclusive a gente tava separando umas coisas lá na instituição e eu ouvi essa frase, nossa, fiquei danada. Não, ele tem que ter gosto, ele tem que querer diferente, embora ele agora esta dependendo da nossa ajuda para se vestir, ele pode sim querer não esse tipo de sapato, ele pode preferir, então assim, muda nesse sentido. A gente começa a ver o outro, a pessoa que precisa não como aquele coitadinho que você vai empurrar qualquer coisa nele e ele vai ter que satisfazer com aquilo, ou que você vai fazer um bem para pessoa e ela vai ter que retribuir, porque você fez um bem para pessoa, você fez e passou. A assistência que você vai dar ali naquela hora é pra aquele momento e claro, ele depois vai ter outras demandas e quando você faz assistencialismo eu tenho a impressão que você está sempre tentando oferecer mais para ter a pessoa no seu comando, seja para frequentar a instituição como no caso da nossa, ou mesmo para votar em alguém... no caso você esta procurando uma massa de manobra na verdade, você esta fazendo das pessoas brinquedinho, e eles não são, são pessoas que tem uma

demanda hoje e amanhã vai ser outra completamente diferente e a gente tem que compreender. Hoje a minha visão é assim, mas ela já foi diferente ontem e vai ser muito mais diferente daqui dois, três, quatro, cinco anos.” (Estudante 16).

“O Serviço Social no começo eu pensava que era tipo assim um assistencialismo né? Que era para doar as coisas, fazer doação, assistencialismo. Mas eu vejo que o Serviço Social não da nada para ninguém, a não ser os direitos que as pessoas têm né? O Serviço Social trabalha dentro das políticas sociais que tem do governo. Então o Serviço Social pra mim se perdeu por isso, porque eu pensava que era caridade e não tem nada a ver com caridade.” (Estudante 22).

Apesar de optarem por essa modalidade de ensino à distância, e concordarem que seu acesso é democrático, que possibilita ao estudante o ingresso ao nível superior, fica evidente, um paradoxo ao serem questionados sobre os limites e possibilidades que muito incidem sobre a qualidade do ensino. Destacamos alguns fatores que foram recorrentes nas falas:

Tabela 03- Visão dos estudantes sobre os limites e possibilidades do EAD

Limites e possibilidades ²⁰	Fala dos estudantes
Ausência do professor em sala de aula	“Pois é, eu pensei que fosse mais tranquilo, porque era isso que estava buscando. Uma coisa assim que me desse mais tempo que fosse mais light, mais tranquilo. Mas me arrependi. O ensino presencial no meu caso né? Eu acho que seria mais vantajoso, porque agente tem a presença do professor, tem orientação né? Aqui a gente não tem, é aula web, muitas vezes a gente não compreende, você não entende, ai você tem que ficar escrevendo, perguntando pro tutor. Às vezes o tutor não consegue te satisfazer naquilo que você quer, ai você tem que ir a fundo sozinha sabe? Você tem que ir a fundo sozinha para ver o que que aquilo quis realmente dizer. Então eu acho assim, eu to achando um pouco cansativo, estressante.” (Estudante 4)

²⁰ Categorizações elaboradas a partir das respostas obtidas.

<p>Responsabilização dos alunos</p>	<p>“Depende do aluno, depende muito do aluno. É uma ótima faculdade. Eu posso avaliar a faculdade que eu estudo, é uma ótima faculdade. O nosso cronograma não deixa a desejar, o nosso material didático não deixa a desejar pra nenhuma faculdade, tem muita pesquisa, muito estímulo para você correr atrás, para conhecer outras coisas e a gente consegue links que você vai atrás e não precisa comprar muito livro. Então se o aluno se dedicar ele é um excelente profissional. Eu fiz estágio com uma assistente social que se formou aqui, se pós graduou aqui e ela é assistente social de uma rede de hospital público, particulares. E é uma ótima, excelente profissional. Então eu acho que não deixa nada a desejar, a única diferença é o perfil do aluno, tem aluno que não vai conseguir e tem aluno que vai encaixar super bem, depende do aluno.” (Estudante 5)</p>
<p>Dificuldade de comunicação com o Polo (Sede)</p>	<p>“[...]Porque assim, tudo depende muito do professor, se você for montar um projeto, se você for organizar alguma coisa, tem a questão da burocracia, tudo você tem que pedir permissão para matriz. Na matriz se eles aceitarem, concordarem, tem toda uma burocracia interna, um política de alguma coisa assim, até eles aceitarem. Então esse retorno é muito demorado. Se fosse assim né? Se fosse uma faculdade mesmo totalmente, éé.... completa, presencial, tudo dependendo da faculdade, funcionaria melhor, mais é essa parte.” (Estudante 14)</p>
<p>Dificuldades de comunicação com os professores</p>	<p>“Olha, é... do ponto de vista do aluno, do ponto de vista do aluno, no meu caso em relação a universidade bem negativo né? Eu tenho que ser sincero e fazer uma avaliação bem negativa, porque assim, é... Vazou completamente das minhas expectativas. Eu achei que seria uma coisa e é completamente diferente né? As orientações são bem travadas assim, um negocio bem arcaico ainda apesar de ter tecnologia, porém é uma coisa muito antiga frente ao que já existe hoje no mercado em outras universidades. [...] As orientações são bem precárias, todas são online né? O</p>

	orientador ele é um tutor eletrônico. Você envia perguntas e espera respostas né? Você envia e espera, então assim, você tem que fazer uma busca muito grande em cima de um material... A biblioteca daqui é bem precária, eu mesmo só busco na católica. Uma, pela questão do curso que tem uma referencia muito boa lá e UnB fica muito difícil o acesso, então fica bem complicado, católica pra mim é mais fácil. (Estudante 7)
Preconceito sofrido pelos alunos por cursarem a modalidade EAD	“O limite que eu vejo é só o <i>preconceito</i> , mas no caso do Serviço Social que você tem que ter o estágio, na pratica mesmo que você aprende não impede. Só preconceito que tem algumas pessoas que ainda tem né? Você fez faculdade onde? Fiz na UnB e ai chega: ‘eu fiz na Anhanguera’. O pior vai ser pra mim, mas às vezes eu sei mais que um aluno de lá. Então eu sei que perde ainda pelo preconceito.” (Estudante 12)
Estágio em Serviço Social/ Recursos institucionais	“O campo de estágio, você que tem que correr, sair em busca. Eu tô falando a UNISA, aqui polo planaltina. Os documentos perdem, você tem que salvar as coisas, porque eles desaparecem. Desaparecem notas de estágio, de atividades seu. Você vem aqui para ajudar a procurar os documentos perdidos e não tem uma sala própria, é um deposito lá em cima, misturado com <i>assistência social</i> , administração, pedagogia. Todos os cursos que a UNISA tem, estão nas caixas com as documentações dos alunos. Então eu acho assim, a UNISA paga a adventista para ter um polo, só que eu acho que adventista deveria ter arrumado, uma sala, um arquivo, isso aqui é <i>assistência social</i> , isso aqui é pedagogia. Então a faculdade pra mim é péssima, eu não indico para ninguém.” (Estudante 19)

Fonte: Pesquisa direta realiza com os alunos da modalidade EAD, 2013.

A respeito das respostas acima, há uma tendência de impor a responsabilidade sobre os alunos, de forma que a qualidade de ensino não esteja

vinculada ao que é oferecido pela instituição, mas pela capacidade individual de aprimorar seus conhecimentos. Apesar de não ser um ponto a ser aprofundado nesta pesquisa, e mesmo que não questionados, os alunos em sua maioria fazem referência a questão do estágio obrigatório em comparativo às universidades públicas e o “preconceito” existente por parte dos profissionais para supervisioná-los. De fato, são rebatimentos de uma formação aligeirada e deficitária que reforça a precarização do ensino ofertado, com falhas também sobre os recursos institucionais, a comunicação com os professores e a estrutura no geral.

Apesar de observamos todas as incompatibilidades, desafios e limites entre a graduação à distância e o Serviço Social, os alunos avaliam a formação oferecida de forma muito positiva em um contexto mais amplo, o que justifica a preocupação sobre uma política de ensino superior que preconiza uma formação restrita, mercantilizada e que mesmo assim, difunde-se, sobretudo no campo ideológico, uma vez que vimos ao longo desse ponto mostrando seus limites, como denota as seguintes afirmações:

“Olha o curso inclusive esta até sendo além das minhas expectativas, eu não esperava que não fosse assim nesse nível. Eu pensava que por ser à distância você ficava muito acomodada, mas é um curso bem difícil, se você não tiver força de vontade, se você também não tiver uma disciplina você não consegue. Eu tiro o meu tempo como se eu tivesse indo para uma faculdade, agora é hora de estudar. Eu me arrumo e vou para frente do computador, fazer minha tarefa, estudar mesmo. Fiquei surpresa com o curso à distância, é um curso de conhecimento mesmo, porque se você quer uma profissão você tem que ir em busca do que você quer, você tem que buscar mais conhecimento. Eu estou gostando, inclusive estou sendo voluntária em um asilo de velhinhos, então esta sendo uma experiência muito boa. Eu acho **que assistência social é uma área que te domina, que te fascina. Na hora que você entra mesmo, você sente mais amor pelas pessoas, você valoriza sua vida mais, então eu estou achando muito importante essa profissão, essa nova profissão.** “(Estudante 1)

“[...] Em contrapartida, a gente estuda muito, a gente busca, agente tem que buscar. Mas em uma universidade pública é outra coisa, você tem o professor, você tem a orientação do seu lado, além de ter o privilégio de estar em uma universidade pública.” (Estudante 4)

“Excelente, como eu te disse depende do aluno. Material para você se qualificar tem. As nossas provas são muuuito difíceis, acho que a gente tem que provar mais que os outros. Então a gente tem provas muito difíceis, tem que estudar muito, só que é colocado de uma forma que se torna simples porque a gente faz uma matéria de cada vez. Você faz a matéria e faz a prova daquela matéria e ai você já passa para outra matéria elas não se misturam e isso faz com que você

tenha mais tempo para estudar aquilo. Então eu acho que essa forma como foi colocado como foi planejado é muito boa.” (Estudante 5)

“Eu vou colocar como bom, quando eu entrei era regular. Era extremamente... O material aqui sempre foi muito bom, os professores a distância muito bons. O problema daqui sempre foi e ainda é muito de falta de administração e autonomia, porque os polos não tem autonomia. As pessoas que estão aqui, elas são mal remuneradas, logo, elas fazem bico e quando você faz bico, nem todo mundo leva a situação tão a sério. Tem uns professores que dão importância, que se preocupam né? Que trabalham na área social, tem outros que não. Então isso vai depender mesmo da questão pessoal, porque assim, a remuneração não oferece interesse e eles não dão orientação, os professores vivem desorientados. Já aconteceu muitas vezes de eu ter que ligar quando era no Rio Grande do Norte e eles lá estarem, o coordenador de serviço social estar perdido. Porque como eu disse, o fato de ser muito grande e eles não conseguiram e agora, antes era Uniderp, passou a ser anhanguera comprou e agora a Anhanguera fundiu com a chamada kroton e aí quer dizer, recomeçou a bagunça. Porque já estava num nível de organização, mudou até os horários, as pessoas passaram uma semana para entender que o horário mudou, e eu falei gente o horário mudou e as pessoas continuavam ficando aqui até dez e meia, mas eu vi na internet que agora as aulas eram até dez horas, ou seja, eles ficam até com medo de liberar a gente, porque eles não tinham uma noção. Então você vê que a desorganização, a falta de comunicação é muito grande, mas fora isso o nível, a qualidade o material, a qualidade de aula, os professores que eles têm a distância para repassar são muito bons, isso assim, não há o que se falar, são excelentes.” (Estudante 13)

Em contrapartida, poucos alunos avaliam de forma negativa:

Porque falando a verdade, o que vocês vêm procurar é isso, a gente tem que ser franco também, você vem procurar a parte negativa. Eu não vou ficar fingindo, não vou ficar falando pra você que é... assim tem pessoas aqui que realmente se esforçam, se dedicam, mas são pessoas desprovidas de capacidades, nenhuma. Você vê absurdos aqui, **você vê pessoas na minha turma que só sabe escrever o nome**. Coisas absurdas mesmo. O critério de avaliação é muito fraco, muito baixo. Então assim, o que que acontece, o mercado dificulta o acesso de EAD né? Já é um curso bem difícil de achar campo e o mercado dificulta ainda mais para estudante de modalidade EAD. Quando você vai procurar campo de estágio, você é criticado, você é discriminado, você é... então acaba que você já chega desmotivado. Essa desmotivação acaba se disseminando para todo o resto. Eu arrumei campo de estágio em um lugar muito bom, aproveitei tudo que queria ter aproveitado, eu trabalhei com uma coisa que eu realmente achei interessante. Mas eu já tinha uma filosofia bem voltada pra quilo. Eu fiz estágio no CREAS, é... Eu trabalhei diretamente com adolescente que é o que eu gosto, **que se eu fosse me dedicar realmente para aceitar a profissão** seria uma área que eu encararia numa boa, meu tcc ta sendo voltado pra isso, mas fora isso, fora o resto nada me encantou e a universidade não se esforçou pra isso. O que que adianta eu jogar pra você uma enxurrada de... **é como**

faz um cursinho pré vestibular, te joga uma enxurrada de conteúdo e se vira, não é assim. A motivação é bem diferente entendeu? (Estudante 7)

“Razoável. Falta um pouco mais de qualidade, sair um pouco da retórica desses filósofos e pegar mais na prática brasileira em si.”
(Estudante 2)

Diante do exposto, podemos considerar a constatação de alguns elementos que ferem a consolidação de uma formação crítica, e com vistas a atender as demandas de acordo com as Diretrizes Curriculares e a necessidade de problematizar, como a formação oferecida por estas instituições tem implicações diretas para a categoria profissional, como para a sociedade. Nesse sentido há uma necessidade de formar profissionais, conforme descreve Iamamoto (2008),

(...) atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e seus desdobramentos. (Iamamoto, 2008, p. 195).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade compreender como alunos que estão inseridos na modalidade de ensino à distância percebem a formação profissional em Serviço Social e de que modo isso reflete sobre o perfil profissional que se deseja formar. Esse processo tem se mostrado evidente na cena contemporânea de forma que as instituições privadas têm conduzido de forma precarizada a formação de seus alunos, e em especial cursos como o Serviço Social, que não demandam grande dispêndio, investimento em laboratórios e, contudo, trás um retorno rápido e fácil para seus investidores.

Tal dinâmica encontra sua gênese nas configurações do modo de produção capitalistas e de fato, constituído de crises que se associam a sua busca em torno da lucratividade, que nem sempre é alcançada. Desse modo, com a queda das taxas de lucros e posteriores efeitos da crise, conforme discutimos no primeiro capítulo, rebatem sobre os países e no caso do Brasil, não seria diferente.

Sobretudo, a garantia dos direitos sociais e a mínima participação do Estado sobre as barbáries ocasionadas nesse sistema, são efetivamente visíveis. Relacionado principalmente com a economia do país, há uma necessidade de modificar o Estado, de forma a evitar que as expressões mais severas do capitalismo se agudizem. Nesse sentido, Behring (2008) aponta para contrarreformas no Brasil, que diferentemente do que apontam os liberais, uma contrarreforma composta por mudanças estruturais e regressivas sobre os trabalhadores.

Esse processo incide também sobre o ensino superior brasileiro, e nos mostra universidades públicas com baixo investimento, e acesso restrito as elites brasileiras. Em processo simultâneo, as instituições privadas ampliam-se e disseminam uma ideologia de “democratização do acesso ao ensino”, o que se mostrou muito enfaticamente nessa pesquisa. Os valores liberais como individualismo e mérito transcendem a perspectiva de um tipo de educação voltada para a formação humana e se submetem a um tipo de educação mercantilizada.

Apesar de haver a expansão dos cursos à distância sobre a ideologia de favorecer as camadas populares do país, ou seja, uma suposta democratização deste ensino, apresenta-se um processo em um campo de contradições onde não há estrutura,

recursos humanos e matérias para garantir uma formação em compatibilidade com o proposto pela categoria.

Por meio de nossa pesquisa verificamos que os alunos vivem um paradoxo entre a vivência concreta e objetiva, e, o discurso sobre a defesa do ensino a distância. Apesar de conseguir identificar ainda que sensivelmente na sua prática cotidiana diversos limites nesse tipo de educação proposta, há um peso da construção ideológica de tal forma que não conseguem associá-los. Apresentam-nos argumentos, que mesmo efetivamente prejudiciais à formação profissional, parecem estar descolados da realidade concreta em que estão inseridos.

No tocante ao perfil desses estudantes de Serviço Social, são em sua maioria mulheres, casadas, mães e trabalhadoras, que encontram no EAD a possibilidade de ingressar em uma universidade após terem concluído o ensino médio anos atrás. Foi observado que os alunos não possuem uma formação crítica, mas sim, uma formação massiva, com conteúdos rasos e, sobretudo, não contribuem para formar profissionais aptos a atuar.

Também observa-se “a importância do tempo”, associado aos cuidados com o núcleo familiar e o trabalho, como uma preocupação para estes alunos. No nosso caso isso nos trouxe a reflexão acerca da concepção de que por ser à “distância será mais fácil e rápido”, em outras palavras a busca de um curso de nível superior, ao invés de referir-se a formação torna-se a compra de um diploma.

Sobre a defesa do Projeto Profissional com diretriz valorativa central a liberdade e observando que os princípios desse projeto se destoam das prerrogativas do sistema capitalista, há uma incompatibilidade dentro do sistema de ensino privado e interiorizado pelo ensino à distância, que muito contribui para analisar a realidade social de forma fragmentada como foi exposto nesta pesquisa. Ressaltamos que o Serviço Social está em defesa da universalização dos direitos, dessa forma se mostra evidentemente contra a lógica privatista da educação.

Diante disso, apontamos para a necessidade de contínua produção sistemática nesse campo, na perspectiva de que a formação profissional em Serviço Social tenha sua baliza sobre o conhecimento ético, político, teórico e metodológico e que sustentem o proposto nas Diretrizes Curriculares de ensino. Acredito que a

constatação de elementos contrários à formação profissional na modalidade de ensino à distância estão cada vez mais visíveis, e que esse Trabalho de Conclusão de Curso possa contribuir para mais um passo a diante na análise da problematização acerca da mercantilização do ensino e em favor da educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Cadernos ABESS. Recife, n.7, p.58-72, 1997.

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 79, p.x-xi, 2004.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss**. Temporalis, Brasília, ano 1, n. 17, jan./jul. 2009.

ABEPSS e CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político**. Serviço Social e sociedade. São Paulo, n.108 out/dez. 2011

_____. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 50, p.x-xi, 1996.

ABEPSS. **Revista Temporalis** n.1. Brasília: ABEPSS, 2000.

ABEPSS. **Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial – a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009**, disponível em <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/15_maio.pdf, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **A era da informatização e a época da informalização – riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. IN: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Bointempo, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva - **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Crise do capital, fundo público e valor.** In: BOSCHETTI.I; BEHRING, E. e et. tal. In: **Capitalismo em crise: política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

_____. **Liberalismo e democracia.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. **Os custos da crise para a política social.** In: BOSCHETTI.I; BEHRING, E. e et. tal. In: **Capitalismo em crise: política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação.** Temporalis. Porto Alegre, n.8, p.19-30, 2004.

_____. **Seguridade Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, Cortez, n° 79, 2004.

_____. **As reformas Neoliberais: ensino de graduação a distância e exame de proficiência.** Em Pauta. Rio de Janeiro, v 20, p. 181-197, 2007.

_____. **O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado.** In: **Conferência Mundial de Serviço Social.** Salvador, 2008.

CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO. **Carta Aberta aos Estudantes e Trabalhadores dos Cursos de Graduação a Distância em Serviço Social no Brasil.** In:38. ENCONTRO NACIONAL CFESS/ CRESS, set. 2009.Campo Grande-MS, 2009.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Resolução CFESS n° 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.º 290/94 e n° 293/94.

_____. **Campanha Educação não é Fast-Food: Diga Não Para a Graduação à Distância em Serviço Social.** 2011. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 15/11/2013.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília. 2008. Disponível em <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 15/11/2013.

CFESS. **Posicionamento das Entidades Nacionais de Serviço Social sobre a criação e Proliferação de Cursos de Graduação à Distância** (2007). Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/Documento_aoMEC_Posicionamento_das_EntidadesNacionais_deServicoSocial_emrelacao_cursosdegraduacao_adistancia.pdf.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros ensaios.** Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1984.

_____. **Literatura e ideologia in Brasil: três ensaios de crítica marxista.** Havana: Casa de Las Américas, 1986.

_____. **Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo, Editora Cortez, 1994.

_____. **Notas sobre cidadania e modernidade.** In Revista *Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista.** Emancipação, Ponta Grossa. 2011. Disponível em: <http://www.revista2.uepg.br/index.php/emancipação>.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

FARIAS, Danielle Aranha. **Educação e Serviço Social: A atuação profissional das assistentes sociais nas Unidades Privadas da Rede Marista.** 2013.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FREITAS, Katia Siqueira de. **Um panorama geral sobre a história do ensino a distância** (2005). Disponível em: <http://www.progred.ufba.br/ead/EAD%2057-68.pdf>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Educação e crise do trabalho:** Perspectivas de Final de Século. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e desemprego estrutural.** In: SILVA, Luiz Heron da (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização.* RJ: Vozes, 1998.

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX.** In: *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A questão social no capitalismo.** In: *Revista Temporalis.* Brasília. Ano 2, n 3. p. 9-32, jan./jun.2001. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS).

_____. **Reforma do Ensino Superior e o Serviço Social.** In: *Revista Temporalis,* n.1. Brasília, p.35-79, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** S. Paulo, Cortez, 1992.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Carvalho, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. 29.ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In. CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS/ ABEPSS: Brasília, 2009. p. 201-222

LIMA, Katia. **Educação à distância na reformulação da educação superior brasileira**. In: SIQUEIRA, A. C. de; NEVES, L. M. W. (Org.). Educação superior: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006. p.147-177.

_____. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula** – São Paulo: Xamã, 2007.

_____. **Contrarreforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social**. In: Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS- ano VIII, n.15. (Jan/jun. 2008)

_____. **Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior**. PucViva, Mercantilização do ensino a distância, Ano 10.n.35, São Paulo: maio a agosto de 2009.

_____. Serviço Social e educação: **Expansão da educação superior brasileira na primeira década**. Rio de Janeiro: Juris, 2012

LUKÁCS, György. **O trabalho**. In: Per una ontologia dell'essere sociale. Tradução: Ivo Tonet. v. II, Roma: Ed. Riuniti, 1981.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. pp. 411-416. (Os economistas).

MARTINS, Edson. **Os números da mercantilização da Educação Superior** (2008). Disponível em <<http://e-educador.com/index.php/artigos-mainmenu-100/669>>.

MARX, Karl, e, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap.I.

_____. **Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia**. In: O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap.V, pp. 207-231.

MÉSZÁROS, István. Trad. Tavares, Isa. **Trad de: Education beyond capital**. A educação para além do Capital. São Paulo; Boitempo, 2005.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Beyond Capital**. Londres: Merlin Press, 1995.

_____. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 57

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008, 248 p.

MOURA, Priscila Lucia da Silva. **Formação acadêmico- profissional em serviço social no sistema de educação à distância- EAD: considerações sobre a formação em Serviço Social em um pólo telepresencial em Paracatu-MG**. Brasília. 2010. Curso de Especialização em Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da Nação – Balanço do governo FCH**. Rio de Janeiro : Vozes, 1999.

- _____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Transformações societárias e Serviço Social:** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50, São Paulo, Cortez, 1996.
- _____. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: Cead/ ABEPSS/ CFESS, 1999.
- _____. **Democracia e transição socialista.** Escritos de teoria política. 1990
- _____. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil.** In: Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo. Ivanete Boschetti, Potyara A. P. Pereira, Maria A. César, Denise B. B. de Carvalho (Orgs.). Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004, p. 61 a 81.
- _____. Braz, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo, Cortez, 2006.
- NEVES, Daniela. **Economia Solidária e Serviço Social no Brasil.** 1.ed.- São Paulo: Outras expressões, 2013.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. (2008). **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** São Paulo: Xamã.
- _____. (2008). **Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social.** In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (ano VIII, n.15). Brasília: ABEPSS.
- REZENDE, Ilma. **Serviço social: sua especificidade como profissão prática-interventiva.** In: Serviço social e políticas sociais. Rio de Janeiro, UFRJ, p.25-42, 2006.
- REUNI/MEC. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 de outubro.
- SANTOS, Joseane Soares. **Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva.** In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 111.** São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, C. M. dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. Entrevista com a presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). **Serviço Social e Educação. SER Social**, Brasília, v. 14. n. 30, jan./jun. de 2012

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo, Cortez Editora, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata e BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In. CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS/ ABEPSS: Brasília, 2009.

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade.** In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. – CFESS/ ABEPSS, 2009. Pg. 107 a 121.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ fui convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **A percepção dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD acerca da formação profissional no Distrito Federal**, que é parte do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Isabela Fernanda Barros Silva do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, sobre a orientação da Prof^a Dra. Adrianyce Angélica S. de Sousa.

Será utilizado um instrumental de coleta de dados que será um roteiro de entrevista. A mesma será gravada para posterior transcrição.

As respostas dos participantes serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase da pesquisa. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados.

O entrevistado (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o e-mail do pesquisador responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o referente trabalho e sua participação.

Adrianyce Angélica S. de Sousa

Isabela Fernanda Barros Silva

Nome da Orientadora

Nome da Orientanda

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar da pesquisa proposta, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____

Brasília, ___ de _____ de 2013.

E-mail: isabela22k@hotmail.com **Telefone:** (61) 9629-6505

APÊNDICE 2: CARTA DE APRESENTAÇÃO ENTREGUE AS INSTITUIÇÕES UNOPAR, UNISA E ANHANGUERA



**Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social-SER**

A NOME INSTITUIÇÃO

NOME DO RESPONSÁVEL

SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Vimos por meio desta, pedir gentilmente, a liberação institucional para realização de Pesquisa com Coleta de Dados para fins de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**A percepção dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD acerca da formação profissional no Distrito Federal**” da aluna Isabela Fernanda Barros Silva matriculada regularmente no curso de Serviço Social da UnB sob o número 10/0012990.

O objetivo da pesquisa é apreender como partida analisar a percepção dos alunos de Serviço Social na modalidade EAD acerca da formação profissional no Distrito Federal. O público alvo da pesquisa são os alunos/as em formação nos polos EAD do Distrito Federal com formação em Serviço Social. Destacamos ainda que os procedimentos para a coleta de dados respeitará e resguardará todos os procedimentos éticos necessários. A coleta de dados dar-se-á por meio da aplicação de questionários junto aos discentes, que poderão manifestar-se livremente quanto sua anuência ou não a pesquisa. Os entrevistados também serão orientados quanto ao Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento para a realização das entrevistas. O sigilo e o conteúdo das entrevistas realizadas com as assistentes sociais serão resguardados e após a análise os dados coletados serão descartados.

Dessa forma, pedimos a anuência institucional para que a discente possa ter acesso aos discentes e realizar as entrevistas que são fundamentais para a elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Cientes de contar com a colaboração institucional, agradecemos e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink that reads "Adrianyce de Sousa". The signature is written in a cursive, flowing style.

Profª Drª Adrianyce de Sousa - Orientadora da pesquisa

APÊNDICE 3: QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD

- 1) Idade: _____
- 2) Sexo
Feminino ()
Masculino ()
- 3) É nascido em Brasília?
() sim () não
- 4) Com quem mora? _____
- 5) Situação Conjugal
() Solteiro (a) () Casado (a) () União Estável () Separado () Divorciado
- 6) Orientação sexual
() Hetero () Homo () Bissexual () Trans
- 7) Tem filhos?
Sim () Não ()
Se sim, quantos? _____
- 8) Cor da pele
() Branca
() Negra
() Parda
- 9) Renda familiar
() Até 1 salário mínimo
() De 2 a 3 salários mínimos
() Mais de 3 salários mínimos
- 10) Seu pai tem ensino médio completo? () Sim () Não
Ensino superior? () Sim () Não
Sua mãe ensino médio completo? () Sim () Não
Ensino superior? () Sim () Não
- 11) Está trabalhando? () Sim () Não
- 12) Profissão: _____
- 13) Qual o seu local de trabalho?
- 14) Seu local de trabalho é próximo da sua residência? () Sim () Não
- 15) Qual semestre está cursando? _____
- 16) Quanto tempo utiliza no transporte público para chegar até a universidade?

() 20 minutos () 30 minutos () 40 minutos () mais de uma hora

17) Por que você optou por fazer o curso de Serviço Social?

18) Por que você optou por fazer o curso de Serviço Social pela modalidade de ensino à distância?

19) Como você avalia esta modalidade de ensino nos seus limites e possibilidades?

20) Você considera ou não democrático o ensino na modalidade EAD?

21) Com os conhecimentos apreendidos até aqui, o que é Serviço Social?

22) Como avalia a formação oferecida?

23) Você considera que está preparado para exercer a profissão de Serviço Social?

Por quê?